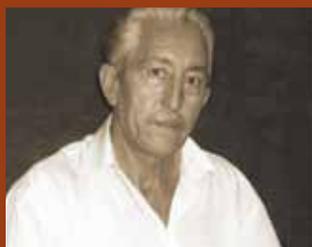


O Campo

Meu lugar de viver, ver e transformar

Uma homenagem às memórias vivas da Academia Sindical Fetape



O Campo

Meu lugar de viver, ver e transformar

Uma homenagem às memórias vivas da Academia Sindical Fetape

Recife, 2014

Diretoria da Fetape

Doriel Saturnino de Barros
Diretor Presidente

Maria Aparecida de Melo (Mulica)
Diretora Vice-Presidente

Cícera Nunes da Cruz
Diretora de Finanças e Administração

Adelson Freitas Araújo
Diretor de Organização e Formação Sindical

Paulo Roberto Rodrigues Santos
Diretor de Política Salarial

Israel Crispim Ramos
Diretor de Política Agrícola

Maria Givaneide Pereira dos Santos
Diretora de Política Agrária e Meio Ambiente

Maria Severina de França (Silvia)
Diretora de Política para as Mulheres

Adriana do Nascimento Silva
Diretora de Política para a Juventude

José Rodrigues da Silva
Coordenador da Terceira Idade

Antônio Francisco da Silva (Ferrinho)
Coordenador do Meio Ambiente

Ficha Técnica

Coordenação geral da publicação

Doriel Saturnino de Barros
Diretor Presidente

Adelson Freitas Araújo
Diretor de Organização e Formação Sindical

Textos editados a partir de entrevistas com as 10 memórias vivas da Academia Sindical Fetape.

Entrevistas
*Ana Célia Floriano
Adriana Amâncio
Ronaldo Patrício*

Edição
*Ana Célia Floriano
Adriana Amâncio*

Apoio à edição
Severino Francisco da Luz Filho (Biu da Luz)

Revisão Ortográfica
Neide Mendonça

Projeto Gráfico
Caique Rago

Equipe Fetape de Apoio à Academia Sindical

*Severino Francisco da Luz Filho
Geogina Delmondes R. e Silva
Maria do Carmo Souza Ramos*

Apresentação

Na história de lutas e conquistas do Movimento Sindical dos Trabalhadores e das Trabalhadoras Rurais (MSTTR), muitos homens e mulheres dedicaram suas vidas para assegurar mais dignidade para as populações do campo. Suor, lágrimas e até sangue foram derramados. Hoje, o MSTTR colhe os frutos dessa caminhada e, por isso, não pode esquecer as pessoas que fizeram acontecer o “sindicalismo orgânico e científico, único meio para que os trabalhadores e trabalhadoras rurais consigam a libertação plena”, como pregava e exercia Euclides Nascimento, o inesquecível Chiquinho.

Seria difícil relacionar os nomes e a história de cada um desses importantes “personagens” que fizeram e, muitos, ainda fazem, parte da vida do Movimento. Mas é preciso que o simbolismo dessa luta não se apague com o tempo e que as atuais e futuras gerações saibam que dignidade não se conquista da noite para o dia. Pensando nisso, a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Pernambuco fundou a Academia Sindical Fetape, em 2012. Mais do que organizar o seu acervo, a Direção da instituição tomou essa decisão para reconhecer e visibilizar quem calejou as mãos com a enxada, mas também erguendo as bandeiras do MSTTR sem, em nenhum momento, fugir à luta.

Assim, foram eleitas, em 2013, por seus Polos Sindicais, as 10 primeiras memórias vivas dessa Academia. E, objetivando contribuir para que todos e todas possam beber, mesmo que apenas alguns goles, da fonte da nossa história, foi pensada esta publicação: um espaço para que cada um desses membros possa dizer, de forma objetiva, o que viveu e viu no campo, e de que forma colaborou com as transformações positivas que temos vivenciado.

“O campo – o meu lugar de viver, ver e transformar” é mais do que palavras escritas, é experiência que respalda nossas conquistas e nos alimenta o desejo de continuar lutando.

Doriel Saturnino de Barros
Diretor Presidente

Adelson Freitas Araújo
Diretor de Organização e Formação Sindical

Sumário

Amaro Francisco da Silva Biá, 10

Severino Domingos de Lima, 17

José Francisco da Silva, 26

Luiz de Rosa de Lima, 36

Aluízo Bernardo da Silva, 40

Antônio Marques dos Santos, 44

José Soares Novais, 49

Arlinda Antônia de Lima, 53

Sebastião José Barbosa da Silva, 59

Augustinha Viana da Silva, 64



Reunião com trabalhadores/as no Engenho Muitas Cabras, nos anos 90.

“No Movimento, me sinto realizado”

Sou Amaro Francisco da Silva Biá, conhecido popularmente como Amaro Biá. Nasci em 9 de julho de 1940, no município de Barreiros. Sou o filho primogênito de Manoel Francisco da Silva e Terezinha Queiroz da Silva, e tenho três irmãos e duas irmãs.

Comecei a trabalhar, na roça, a partir dos 8 anos de idade. Aos 12, me tornei assalariado, por minha conta. Nessa época, meu pai era vivo e eu trabalhava junto com ele, no corte da cana, no Engenho Carassu, no sítio chamado A Gata. Estudei dos 6 aos 8 anos idade. Depois, terminei o primário, na Educação de Jovens e Adultos.

Até os sete anos, eu e meus irmãos brincávamos, quando tínhamos folga. O compromisso principal era cuidar do trabalho na roça. Aos 14 anos, também não tinha brincadeira não, o negócio era só trabalhar e trabalhar. Somente no domingo, à tarde, a gente conseguia jogar futebol.

Na minha região, todo mundo começava a trabalhar duro e logo cedo para sobreviver. A única diferença é que a nossa família tinha um sítio e a sua própria lavoura, suas fruteiras. Meu pai tinha uma casa de farinha, onde eram beneficiadas mandiocas. Plantávamos banana, coco, jaca, caju e outras frutas. Normalmente, os moradores do campo iam para a cidade a pé.

Meu pai tinha um cavalo, que usava como transporte, para levar banana ou farinha para vender na feira.

Conheci o Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais, em 1954. Nesse ano, meu pai ainda era vivo, quando recebemos uma visita do deputado estadual Miguel Mendonça de Melo e do seu assessor, Gregório Bezerra. Um senhor chamado Elifas Levi também os acompanhava. Vieram convidar o meu pai para fazer parte da diretoria do Sindicato, que estava para ser criado.

Meu pai, que era analfabeto, não pôde aceitar o convite. Por essa razão, me convidaram para integrar, no município de Barreiros, a Comissão Pró-Criação do Sindicato dos Trabalhadores da Lavoura Canaveira do Estado de Pernambuco. Essa instituição envolvia ainda os municípios de Rio Formoso e Sirinhaém. Nessa época, eu só tinha 14 anos.

Meu pai ficou bastante empolgado para que eu participasse, pois achava que aquela era uma oportunidade importante para tomar conhecimento sobre os direitos dos trabalhadores e sobre a vida política e social da cidade. O Sindicato de Barreiros foi o primeiro a ser criado na região Nordeste. Antes disso, existia um Sindicato em São Paulo e outro no Rio de Janeiro. Na mesma época do nosso, foi criado outro em Ilhéus e Itabuna, na Bahia.

Nesse período, já havia sido criado o Sindicato da Indústria e do Açúcar. Apenas os trabalhadores da sede das usinas recebiam indenizações e outros direitos trabalhistas. Os que atuavam na lavoura não tinham acesso a esses direitos. Esse Movimento, na área urbana, teve uma forte expansão, na Era Vargas, e se intensificou quando João Goulart ocupou o cargo de Ministro do Trabalho.

Na época em que o Sindicato de Barreiros foi criado, não existia uma lei que autorizasse criação de Sindicatos na Zona Rural. Apenas, na CLT, abria-se a possibilidade de os trabalhadores se filiarem a associações. A intervenção de Miguel Mendonça foi muito importante porque ele conseguiu, com Getúlio Vargas, fazer esse reconhecimento.

No campo, o Movimento Sindical demorou um pouco para se organizar e, quando isso aconteceu, já foi iniciado levantando as bandeiras do salário para o trabalhador rural e da reforma agrária. Também reivindicávamos o acesso à Previdência Social, pois esse serviço, que era chamado IAPI (Instituto de Aposentados e Pensionistas da Indústria), beneficiava somente os trabalhadores da indústria.



Os direitos previstos na CLT, na prática, não eram garantidos ao povo do campo. Alguns políticos nos apoiavam e defendiam uma ou outra conquista. Quando queríamos saber um pouco mais sobre esse assunto, procurávamos o partido político. Na época, o governo Getúlio Vargas era do PTB e, no partido, tinha um setor chamado Departamento Trabalhista, que oferecia essas informações.

Os benefícios para o povo do campo começaram a chegar a partir da criação dos Sindicatos. Um ano após o surgimento do Sindicato dos Trabalhadores Rurais dos Barreiros, foram criadas as Ligas Camponesas, que era uma Associação Mortuária, pois os trabalhadores achavam que ter um órgão que garantisse o seu sepultamento já era uma conquista.

Mas, com a entrada de Francisco Julião, que era o assessor, elas começaram a lutar também por reforma agrária. Houve muitos embates com o nosso Sindicato porque os dois defendiam a mesma coisa, só que, com modelos diferentes.

Um fato curioso é que os patrões ajudaram na fundação do nosso Sindicato. Por exemplo, a usina Central Barreiros e as demais usinas da região forneceram transporte para que os trabalhadores se organizassem. No entanto quando eles souberam que a finalidade do órgão era defender os interesses da classe trabalhadora, partiram para acabar tudo, na marra.

Entre os anos 1955 e 1956, o Sindicato foi fechado, por diversas vezes, pelos patrões. Nessa época, fazíamos as assembleias na rua mesmo. Os patrões partiam com cavalos para cima dos trabalhadores. Muitos companheiros nossos foram pisoteados por cavalos.

Eu não assumi a diretoria, apenas participei da fundação do Sindicato. Na época, eram quatro diretores: o presidente, Moacir Pedro da Silva, dois secretários: Manoel José da Silva e Severino, e o tesoureiro, Antônio Jerônimo. Entrei como sócio-fundador.

Já participei de várias lutas do Movimento Sindical. Atuei nas primeiras greves, nos anos de 1954 e 1955. Na época, as paralisações eram maiores do que as que temos hoje. Havia uma adesão massiva dos trabalhadores. Nem sempre era o Sindicato que mobilizava para as greves. Os trabalhadores, que eram bastante unidos, também se reuniam e sugeriam a paralisação.

Se houvesse desrespeito aos trabalhadores de um engenho e eles chegassem a parar, os trabalhadores dos outros engenhos se juntavam e também paravam, como um grande arrastão. Com a morte de Getúlio Vargas e a saída de João Goulart do Ministério, houve uma parada na fundação dos Sindicatos. Mesmo assim, os partidos de esquerda (PCB e PC do B) continuaram a lutar pela criação dessas instituições.

Com medo de que o Partido Comunista avançasse, a Igreja Católica, nos anos de 1958 e 1959, fez um convênio com o Governo Federal, para coordenar a criação dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais, em Pernambuco. Por sorte, o Serviço de Organização Operária indicou dois sacerdotes para encabeçar essa iniciativa. Assumiram essa função os padres Paulo Crespo, na Mata Norte, e Antônio de Melo, na Mata Sul.

Há quem diga que o Movimento Sindical Rural começou por aqui, em 1960, mas, na verdade, os Sindicatos foram criados a partir de 1959. Em 1962, quando foi fundada a Fetape, já havia 15 Sindicatos. Os padres, que coordenavam a Organização Operária, tinham visões diferentes sobre o Movimento. Crespo tinha uma visão de sindicalismo “pé no chão”. Já Antônio Melo seguia uma linha de cooperativismo. Com base nisso, foi fundada a Cooperativa Tiriri, mais conhecida como Cooperativa do Pe. Melo, no Engenho Massangana, no Cabo de Santo Agostinho.

Com a eleição de Miguel Arraes, em 1962, o Movimento dos Trabalhadores Rurais ganhou impulso. Nessa época, houve um embate, e as Ligas Camponesas fizeram a primeira intervenção no Sindicato de Barreiros. A diretoria eleita foi posta para fora e foram nomeadas outras pessoas. Nesse período, houve um grande tiroteio envolvendo diferentes forças políticas e os sindicalistas.



Assumindo a Prefeitura de Barreiros, em 1989

Na ocasião, saiu uma matéria no Diário de Pernambuco, dizendo que havia chegado, em Barreiros, um grupo de Cuba para fazer a revolução. Por outro lado, o Jornal do Povo publicou uma matéria informando que o conflito se dava porque os direitos dos trabalhadores estavam sendo desrespeitados.

Quando Arraes assumiu, foi feito o primeiro Acordo do Campo, e a situação para os trabalhadores melhorou. Com o tempo, vieram novas intervenções no Sindicato de Barreiros. Saiu o pessoal de Júlio Santana e entrou Reginaldo, uma pessoa de Xexéu. Em 1964, Reginaldo teve que sair e foi exilado pelo Golpe Militar. Assume o capitão reformado Medeiros.

Quando Medeiros saiu, as Ligas Camponesas indicaram uma pessoa para assumir a direção do Sindicato. Era Manoel Araújo, de Galileia. Pouco tempo depois, o Pe. Melo conseguiu a direção da instituição. Ele nomeou Felismino Pompeu, como interventor. Em 1966, houve a primeira eleição e, após dois anos, ocorreu uma intervenção do Ministério do Trabalho, que indicou Mavial do Rego Barros para assumir o controle.

Em 1970, houve outra eleição e eu ganhei como candidato da oposição. Permaneci à frente da Diretoria até 1988, quando saí candidato a prefeito. Fui eleito e só voltei para o Sindicato em 1994, onde permaneço até os dias de hoje.

Particpei, junto com outros trabalhadores, de várias greves. Me envolvi com as discussões que se deram em 1975, na Contag,

quando começamos a estudar a maneira de fazer uma Campanha Salarial na Mata Sul, que depois se estendeu para a Mata Norte. Em São Paulo o Movimento já trabalhava o Dissídio Coletivo. Na paralisação de 1979, atuei como um dos coordenadores.

Decidimos pela greve durante um encontro em Ribeirão. Na ocasião, apenas oito Sindicatos estavam preparados para aderir à mobilização. Zé Francisco, então presidente da Contag, mobilizou novos companheiros e conseguimos ampliar o grupo para 20 Sindicatos. No total, chegamos a ter a adesão de 24, reunindo as Matas Sul e Norte.

Os Sindicatos de Paudalho e São Lourenço da Mata iniciaram o movimento e passaram uma semana de greve. Logo depois, os demais aderiram. É importante considerar que nem todos os Sindicatos participaram. Alguns saíram da Fetape e sumiram com os editais.

Entre 1979 a 1982 integrei a Diretoria da Fetape. Nessa época, o presidente era José Rodrigues.

O Polo Sindical da Mata Sul tem contribuído bastante com o Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais. Hoje, percebo que é preciso fortalecer a participação de todos os Sindicatos nas discussões que envolvem a nossa região. Acho que uma das conquistas mais importantes, atualmente, é a Patrulha Rural. A bandeira da reforma agrária é fundamental, mas é preciso fortalecer a luta nesse sentido.

Vejo a luta do nosso Movimento como sendo muito positiva atualmente. Precisamos aperfeiçoar a nossa oposição, a nossa forma de dialogar com o governo. Não temos um enfrentamento tão profundo, como tínhamos antigamente. Talvez não tenhamos nos preparado para trabalhar com um governo voltado para a classe trabalhadora.

Para o futuro, eu espero que, na região canavieira, seja feito um estudo e seja adotada uma política para resolver o problema da monocultura. Muitas terras foram desapropriadas e entregues aos trabalhadores sem nenhum projeto produtivo. Precisamos aproveitar esse governo popular, para conquistarmos capacitação produtiva. Temos o Pronatec (Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego) e devemos aproveitar essa política. Outra questão é que o Movimento dos Trabalhadores Rurais luta e conquista uma política, mas outras instituições ou lideranças assumem o crédito.

É preciso destacar que o Movimento Sindical é, para mim, uma escola. Entrei aos 14 anos, sem ter conhecimento algum, e nele estou até

hoje. Sou trabalhador rural, semianalfabeto e, depois de um dia de trabalho cansativo, já relatei um Congresso Nacional da Contag – acho que foi o 4º ou 5º - , e fui relator da matéria trabalhista. Esses momentos marcaram a minha vida. O conhecimento que conseguimos adquirir e repassar para os companheiros é algo muito importante, até porque esses processos nos ensinam também.

Hoje, aos 73 anos, já penso em sair do Movimento, mas me sinto realizado. Sei que ninguém cumpre tudo daquilo que lhe é determinado, mas eu cumpri com tudo aquilo que pude, dentro das minhas condições de dirigente sindical. Nosso sindicato completou 60 anos, no dia 4 de junho de 2014. Eu desejei a essa instituição muitos anos de vida, de lutas e de conquistas.

Amaro Francisco da Silva Biá (Amaro Biá)



Atividade da Fetape

O voo de um beija-flor no MSTTR

Eu sou Severino Domingos de Lima, mais conhecido como Beija-Flor. Nasci no dia 3 de agosto de 1946, no Engenho Caraúbas, em Paudalho, na Zona da Mata Norte. Meus pais, camponeses, hoje falecidos, Domingos João de Lima e Josefa Maria da Conceição, foram analfabetos. Tive três irmãos, sendo dois homens e uma mulher. Eu sou o mais velho.

Quando criança, pedi para o meu pai me colocar na escola, que ficava no Engenho Calumbi, onde eu estudei a Carta do ABC, acho que dos 6 aos 8 anos. Cheguei até a lição que dizia: que “a mentira é a chave da pobreza”.

Meu pai era destilador, ou seja, fabricava aguardente, uma função importante no Engenho. Depois de um desentendimento com o administrador, ele se ofendeu e decidiu vender tudo e ir embora para Paudalho. Fomos morar em uma casa de taipa (barro) tão baixinha que, mesmo meu pai sendo pequeno, precisava se abaixar para entrar.

Posso dizer que praticamente não tive infância. Aos 8 anos de idade, comecei a trabalhar ajudando o meu pai. Ele me colocava para limpar o terreno mais fácil, e eu “corria” a enxada tão rápido, que ele dizia: “calango na areia é homi”. A folha da cana me cortava muito e, à noite, quando ia tomar banho, doía demais. Acordar bem cedo, no dia seguinte, com aqueles cortes na mão e no rosto incomodava muito. Mas fazia isso porque a gente passou muita fome. Eu sei o que é fome.

Em uma determinada época, voltamos para o Engenho Caraúbas e o meu pai se tornou alcoólatra e passou a ser violento com a família. Certa vez, no Ano Novo, ele correu para bater em mim e nos meus irmãos e a gente se escondeu no meio do mato. Era a festa acontecendo, na casa da minha tia, os fogos queimando no alto do céu e a gente escondido no mato, com medo de morrer. Já botei cuspe (saliva) no lugar da espoleta da espingarda dele, para evitar que ele matasse a minha mãe. Quando completei 13 anos, meu pai foi embora de casa e eu assumi toda a responsabilidade com a família.

Com 16 anos, voltei a frequentar a escola, mas logo desisti. Meu negócio foi trabalhar. Certo dia, em uma noite de São João, fui para uma cantoria de viola. Sentei no chão e assisti a apresentação de dois cantadores. Fiquei muito entusiasmado. Um dia, quando estava com um amigo tirando palha do milho para os bichos e escutando de longe o *tirim tim tim* da viola, disse a ele: “Um dia, ainda vou cantar na rádio, Zezé!”. Enquanto trabalhava na roça, cantava as modas, para aliviar o sofrimento.

Em 1963, aconteceu a greve dos camponeses pelo 13º salário e eu participei. Nessa época, o governador era Miguel Arraes, e já havia sido aprovada a Lei 4.214, de 2 de março de 1963, que garantia o salário mínimo e outros direitos. A greve era para garantir o cumprimento dessa Lei.

Com o valor que recebi do 13º salário, mais o dinheiro da roça que tinha plantado, comprei a viola de dez cordas. E foi assim que eu comecei a cantar. Meu companheiro de trabalho, Seu Alfredo, que já sabia tocar e cantar, começou a me ensinar.

Também peguei prática com José Sebastião que, logo depois, me chamou para tocar com ele. Um dia, no caminho, passei na casa de um casal de vizinhos, e a mulher disse: “Parece um Beija-Flor!”. Gostei do apelido, que se espalhou pela comunidade inteira.

Pouco tempo depois, deixei de cantar com José Sebastião, a quem eu agradeço, até hoje, por ter me ensinado, e passei a cantar com outros companheiros que fui conhecendo pela caminhada: João Belo de Santana, Manoel Domingos Ramos, Ferreirinha, João Gomes e José Antônio.

Aos 18 anos, iniciei a minha trajetória política no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Paudalho, participando das reuniões. Era época do Golpe de 64. Naquele tempo, existiam dois Sindicatos: o dos Trabalhadores Rurais, que era o Sindicato da Lavoura Canavieira

de Pernambuco, que reunia outras instituições da região, criado por Euclides Nascimento, e o das Ligas Camponesas. Enquanto o nosso buscava a questão da legalidade do salário, o cumprimento do Estatuto do Trabalhador Rural; a luta das Ligas Camponesas era voltada para a reforma agrária, realizava ocupações, pedia o Estatuto da Reforma Agrária, que era mais ou menos o que João Goulart ia propor nas reformas, quando ele foi expulso.

Com o Golpe, os Sindicatos passaram a ser controlados pelo Ministério do Trabalho. Tomei conhecimento, então, de Ulisses Roque da Silva, que era um rezador de terço, e usava essa estratégia para entrar nas comunidades e conversar com os trabalhadores. Também existia outro companheiro, que fazia um trabalho na rádio, em Olinda, à noite, tipo Mobra, um movimento de alfabetização, e aproveitava para falar sobre o Sindicato.

Um dia, Ulisses me encorajou a fazer parte da chapa do Sindicato, mas eu tive medo, porque via que alguns companheiros desapareciam, vítimas da Ditadura. Mesmo assim, comecei a conversar com os trabalhadores, que acharam interessante eu participar da chapa.

Ulisses, então, me levou para fazer um curso em Carpina, sobre Administração Sindical. Passei 90 dias e, quando saí, já me sentia preparado para administrar o Sindicato de Paudalho.

Vieram as eleições, e o processo foi bem difícil, porque as pessoas que estavam no poder não queriam sair. Era a maior dificuldade encontrar gente disposta a votar.

Mesmo com toda a dificuldade, houve a eleição com chapa única e, no dia 25 de janeiro de 1967, eu consegui ser tesoureiro do Sindicato. Foi uma grande vitória, pois, na época, o medo tomava conta dos trabalhadores rurais.

Trabalhava no Sindicato pela manhã, e voltei a estudar, à noite, na Escola da Carreta. No meio do ano, a professora disse que eu já estava bem desenvolvido e me passou para o segundo ano. Eu chamava "paudajo", ao invés de Paudalho, mas disse a professora: Eu quero. Eu quero aprender. Ela me encaminhou para o Colégio do Padre, mas eu não podia pagar. Então, passei a trabalhar como motorista da escola, transportando os professores do Recife, para poder estudar. Com muito esforço, concluí o Colegial.

Nessa época, os governos incentivavam os jovens a fazerem cursos profissionalizantes. Fiz o curso de datilografia e, quando estava

cursando Contabilidade, eu vim descobrir o que era vestibular. Eu sonhava em ser advogado para proteger os pobres.

Fiz a prova do vestibular por doze vezes, sempre tentando Direito, junto com outros cursos. Passei para Estudos Sociais, na Universidade de Nazaré da Mata. Tentei, com uma carta de recomendação dada por Sérgio Murilo, entrar na Universidade Católica, como portador de diploma, mas não consegui. Sinto orgulho de, mesmo com a minha história difícil, ter passado no vestibular por três vezes e ter concluído uma graduação.

Fazer o trabalho no Sindicato, no período de 1967 a 1979, foi bastante difícil. Entrar nas comunidades era impossível, porque, além da polícia, tinha os patrões, que eram aliados do Exército. Nessa época, o meu amigo Ulisses fortaleceu o trabalho com o Mobral, para ter acesso às comunidades e mobilizar os trabalhadores. Eu ia junto com ele.

Muitas vezes, nós estávamos nas comunidades e tinha uma pessoa estranha entre nós. Era um espião do Sistema de Informação Nacional, o SIN. Era o Exército dentro da nossa reunião.

Na época, muitos patrões colocavam fogo no canavial e botavam a culpa em nós. Foi assim que muitos companheiros desapareceram, queimados. Os patrões sumiam com os corpos. Tínhamos direitos como férias em dobro, garantidos pelo Estatuto do Trabalhador, mas reclamar era difícil, porque os patrões nos ameaçavam com a demissão. Com a abertura do Regime, a situação melhorou um pouco.

Ainda que diante de tantas dificuldades, nós tivemos muitas conquistas. Defendemos os trabalhadores do Engenho Rodízio, quando esse “apagou fogo” (parou de moer), para que eles tivessem seus direitos garantidos. Depois de alguns embates jurídicos, os trabalhadores ganharam apenas algumas migalhas e ficaram insatisfeitos com o nosso Sindicato. Isso aconteceu por volta de 1972.

Então, em 1979, quando a gente ganhou a eleição do Sindicato de Paudalho, nos reaproximamos desse grupo. Convidei o companheiro Pedro Gregório, morador do Engenho, para uma reunião. Depois, o nome dele foi aprovado, pela comunidade, para ser delegado sindical. Fiz outras boas parcerias no Engenho, até que as terras foram vendidas, para um pessoal violento, que passou a cerca e deixou a comunidade presa dentro, igual a boi no cercado.



Após vários conflitos em que os moradores, incentivados pelo Sindicato, derrubaram, por diversas vezes, as cercas, conseguimos uma audiência com o secretário de Segurança Pública do Estado, para resolver a questão. Lá, os posseiros recuperaram as terras, e a Fetape coordenou a divisão dos lotes e a organização dos moradores.

Outra conquista importante foi quando, ainda durante a Ditadura Militar, enfrentamos o Exército, que tentava expulsar famílias, que plantavam e viviam em sete engenhos na área rural de Aldeia; muitas delas, em regime de Cambão, ou seja, trabalhavam três dias para si próprias e dois dias para o Exército, tudo isso sem receber dinheiro.

Diante dessa situação, nos reunimos com o Exército e argumentamos que as famílias não podiam ser expulsas sem indenização e sem ter para onde ir. Eles, então, desapropriaram uma terra, para que as famílias pudessem viver e produzir. Hoje, essa área corresponde ao Assentamento Pitanga, de Paulista.

Em 1979, realizamos uma greve, para tirar da gaveta os acordos feitos em 1963, entre a Fetape e o então governador Miguel Arraes, que asseguravam direitos trabalhistas rurais, como o Estatuto do Trabalhador, salário mínimo, tabela do campo, disciplina no campo. Nos aproximamos do Dieese (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos), que nos ajudou a entender as perdas econômicas que tínhamos com a remuneração recebida, que, inclusive, não dava para comprar um quilo de sardinha.



Passamos a mobilizar os trabalhadores e quando, nas reuniões, comparamos os alimentos que podiam ser comprados com o salário mínimo, com o que eles sequer tinham experimentado, porque o dinheiro não dava, eles ficaram entusiasmados em lutar por esse direito. E essa conquista, para nós, só seria possível, por meio de uma greve.

Entendemos, a partir da participação no 3º Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais, em Brasília, que era preciso politizar o Movimento, mas evitando que esse se tornasse escravo da política, ou seja, se tínhamos um deputado, um prefeito, um vereador, deveríamos buscar o seu apoio para as nossas lutas. Desse Congresso Nacional, voltamos com a ideia de apoiar o companheiro Ulisses Roque para prefeito de Paudalho e fazermos a nossa greve. Nesses planos, o nosso Sindicato e o de São Lourenço da Mata eram os que mais atuavam.

No momento decisivo do início da greve, nosso Sindicato teve dificuldades, pois os meus companheiros de diretoria (Ulisses e Zé Rufino) não apoiavam o movimento, e nós não tínhamos delegados de base em quantidade suficiente nos engenhos. Eu estava sozinho. Quando publicamos o edital da greve, o delegado do trabalho chamou a mim e a Agápito, do Sindicato de São Lourenço da Mata, e nos perguntou sobre essa história de greve na Zona da Mata. Nós estávamos lá com José Francisco, Romeu da Fonte e José Rodrigues. Na conversa, Agápito deu uma lição nele, pedindo que lesse a Lei 4.330/64.

Sentamos (eu e Agápito) com a presidência da Fetape, para bater o martelo sobre a realização da paralisação. Todos concordaram e, quando me perguntaram, me dei conta de que vivia, em 40 anos de

militância, o momento mais difícil da minha luta sindical. Tinha que tomar uma decisão em nome da categoria, os companheiros da diretoria não concordavam e a nossa base estava pouco preparada, pois alguns trabalhadores nem falavam sobre esse assunto.

Deflagramos a greve e, em São Lourenço da Mata, Agápito anunciou a mobilização, em cima de uma cadeira, para 3 mil trabalhadores. Ele foi um grande companheiro de luta, muito guerreiro e disposto, que sempre me inspirou. Em Paudalho, reunimos 1.200 trabalhadores na rua e anunciamos a mobilização, que durou 7 dias.

Os resultados das negociações eram levados para os engenhos, por meio dos delegados de base. Os patrões trouxeram trabalhadores rurais do Agreste e do Sertão para substituir a nossa mão de obra, mas nós fazíamos piquetes nas ruas, para protestar contra essa ação. Paramos tudo. Ao final da greve, recuperamos todas as conquistas alcançadas com o governo Miguel Arraes: a tabela de campo, a disciplina no trabalho rural. Tivemos também o corte da cana disciplinado e o salário diário que ganhamos dava para comprar dois quilos de charque, por isso a conquista foi comemorada com charque, farinha, forró e cachaça.

Essa greve sensibilizou os sindicatos urbanos do Recife e virou até tema de um livro, chamado "Greve no Campo, né?!" Eu também produzi um folheto sobre esse momento importantíssimo da nossa história. Participamos, ativamente, também, do enfrentamento às consequências da seca, por meio da ocupação da Sudene (Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste), em 1993.

Acho que contribuí com a luta do Movimento Sindical dos Trabalhadores e das Trabalhadoras Rurais. Não foi fácil, mas, com a ajuda dos meus companheiros e companheiras de luta, consegui. Passei 8 anos na presidência do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Paudalho, onde fui, ainda, da tesouraria. Fui também diretor da Fetape.

Em nosso Polo Sindical, na época da Ditadura Militar, os municípios de Timbaúba, Itaquitinga, Condado, Itambé, Igarassu, Glória de Goitá, Chã de Alegria, Lagoa de Itaenga eram distritos de Paudalho. Um grande problema vivido, nessa época, era com os Sindicatos chamados de pelegos, ou seja, a serviço do patronato. Muitos deles pegavam os editais de greve e botavam embaixo do braço, com medo de publicar no jornal. Nos municípios de Goiana e Jaboatão dos Guararapes, nós tivemos grandes lutas para tomar a direção do Sindicato, colocando pessoas ligadas e comprometidas com os trabalhadores.

Hoje, eu percebo que o contexto em que se dá a luta do Movimento Sindical Rural é bem diferente. A violência é bem menor do que na minha época, e isso faz grande diferença. Quando um batia em nossa porta, a família ia atender, enquanto a gente ganhava as capoeiras com medo de ser assassinado. No período entre 1980 e 1985, eu brincava o carnaval mascarado dentro de um clube, com medo de emboscadas.

A impressão que tenho, até pelo fato de vermos tanta gente querendo ser diretor de Sindicato, é que, hoje, tudo está mais fácil. Não fazemos enfrentamento aos patrões, mas, por outro lado, temos questões mais amplas do que o salário e os direitos trabalhistas sendo pautadas.

Acho que o Movimento precisa trabalhar com mais força a questão da educação. Porque, hoje, temos um campo muito bom para dialogar. Temos que lutar por melhorias nas escolas, na educação do campo e, para isso, contamos com uma ferramenta importante, que é o Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário do MSTTR, que os Sindicatos precisam valorizar mais. Também precisamos apostar ainda mais na educação da juventude.

Os dirigentes precisam abrir mais espaço para que a juventude possa ocupar as diretorias e os espaços de liderança. Como João da Luz já dizia: se você continua fazendo as mesmas coisas, vai ter os mesmos resultados. Euclides Nascimento também falava que os dirigentes antigos já fizeram cursos demais, já se fortaleceram demais e, agora, os mais jovens é que precisam ter a oportunidade.

Na questão da saúde, cabe a pergunta: o que o Movimento Sindical está fazendo pela saúde nos municípios? O que os prefeitos estão fazendo para melhorar essa área? Temos programas de rádio e eles servem para isso, para botar a boca no trombone. Existem muitas bandeiras que o Movimento Sindical precisa levantar com mais força.

Também é preciso lutar, de forma mais radical, para que as políticas públicas sejam cumpridas. Vamos colocar os trabalhadores rurais na prefeitura, no Ministério da Agricultura. Porém ainda há aqueles que não têm coragem de fazer isso, porque estão ligados aos políticos e isso não é correto, pois nós somos fiscais dos trabalhadores.

Nos últimos anos, embora alguns políticos do nosso estado não reconheçam, tivemos grandes avanços no Governo Federal, e isso abriu um campo fértil para trabalharmos no Movimento Sindical Rural.

Severino Domingos de Lima (Beija-Flor)



Atividade formativa, em 1966

Da base à Contag, na luta pelo campo

Sou José Francisco da Silva, filho de Orobó, nasci na comunidade Serra de Capoeira. Minha família é formada por trabalhadores rurais. Perdi meu pai aos 7 anos de idade, e fui criado, por uns anos, com minha avó e minha mãe, que, hoje, tem 96 anos, e chama-se Maria Severina da Conceição. Ela teve um novo relacionamento, anos depois da morte do meu pai e, quando eu tinha 15 anos, se separou, e passei a morar com ela. Porém, na minha educação, eu tenho mais influência da minha avó.

Orobó é uma região do Agreste, que faz divisa com a Zona da Mata e o Sertão. Na infância, eu sempre descia para cortar cana e trabalhar nos engenhos, nas usinas e nos caminhões, que, naquela época, eles chamavam de pau-de-arara. Como nós não estávamos vinculados a um engenho, às vezes, descíamos para trabalhar na Zona da Mata Sul. Trabalhei na Usina Bom Jesus, no Cabo de Santo Agostinho, no Engenho Arandepe, no município de Ipojuca. Onde o pagamento fosse um pouquinho melhor, a gente se deslocava para trabalhar. Formávamos grupos de três, quatro companheiros. Na ocasião, eu tinha entre 10 e 11 anos.

À medida que eu fui crescendo, me envolvi com o movimento da Igreja, da catequese, da Sociedade Vicentina, que realizava mutirões solidários, para recuperar e construir as casas dos companheiros

e fazia entrega de cestas básicas. Também fiz parte do grupo Juventude Agrária Católica (JAC) e, aos 18 anos, eu casei e tive 7 filhos, mas não deixei de morar com a minha mãe. Anos depois, me separei e, após cinco anos, casei novamente, com uma pessoa que está ao meu lado até hoje, Josefa Martins Reis.

Dividia o tempo entre plantar lavoura de subsistência – milho, feijão e algodão -, na época de chuvas, nas terras dos parentes e, na época do verão, o trabalho era no corte de cana, além do movimento da Igreja. Da Mata Sul, nós migramos para a região da Mata Norte, onde eu já trabalhei nos engenhos Morojozinho, Chã Grande e Trigueiro, no município de Vicência.

No Engenho Trigueiro, havia uma capela, onde eu frequentava a missa, de 15 em 15 dias. Nesse tempo, eu conheci o filho do proprietário do engenho, o senhor Carlos Araújo, que me convidou para tomar conta de uma das partes das suas terras, onde ele plantava milho, feijão, banana e um pouco de cana. Era o ano de 1961. Voltei para Orobó, consultei a família e decidimos ir para esse engenho. Na época, eu já desenvolvia o trabalho com o Movimento de Educação de Base, o MEB. Nós dávamos aula pela rádio Planalto de Carpina e cada monitor tinha um radiozinho para acompanhar as aulas.

Para realizar o trabalho, a gente fazia um curso em Nazaré da Mata. O método utilizado era o de Paulo Freire, e as cartilhas usadas eram bastante ricas em conhecimentos. Para se ter uma ideia, uma das publicações se chamava “Vida é luta!” Esse trabalho era muito ligado à Arquidiocese de Olinda e Recife, ao Movimento de Cultura Popular e, em seguida, Dom Helder Camara também apoiou a iniciativa.

Esse método de educação trabalhava o conhecimento de “baixo para cima”. Nas aulas de matemática, eram utilizados exemplos da realidade dos próprios trabalhadores rurais, como o valor do salário que eles recebiam, o que poderia ser comprado com esse salário. Essa forma de ensinar facilita não só o aprendizado, como também a consciência crítica dos educandos.

Um dia, o padre de Vicência, José Bonifácio, chegou à comunidade, juntamente com o presidente do Sindicato de Nazaré da Mata, Euclides Nascimento, para iniciar a discussão sobre a eleição do delegado sindical. Após uma reunião, eu fui eleito para assumir essa função, pelo município. A partir daí, me uni a outros companheiros, para fundarmos o Sindicato de Vicência. Logo após a fundação, estruturamos uma diretoria e fizemos um trabalho de base, para

eleger delegados sindicais em cada município. Em Vicência, nós já tivemos cerca de 40 engenhos e, nessa época, nós chegamos a ter 40 delegados, mais os suplentes.

Com essa estrutura montada, iniciamos um trabalho de mobilização e formação da base. Eu já era secretário do Sindicato. Pautávamos questões como o que é o Movimento Sindical Rural, qual a sua importância, os direitos trabalhistas e as relações com o patronato. Em 1962, as campanhas salariais tiveram início e os primeiros embates com os usineiros também. Nessa época, não havia uma lei para regulamentar esse trabalho.

No campo, a gente ainda não recebia o salário. Em 1962, foi fundada a Fetape e o governador, na época, era Miguel Arraes, que favorecia um pouco mais o lado dos trabalhadores. Isso fez com que tivéssemos mais liberdade, já que a polícia havia nos deixado um pouco em paz, para nos organizarmos e lutarmos por nossos direitos trabalhistas.

Essa inquietação tomou conta de toda a região, incluindo os municípios da Mata Sul, que, pouco a pouco, formavam os seus Sindicatos. As Ligas Camponesas, o Partido Comunista e a Igreja Progressista também se somaram a esse debate, que ganhou corpo suficiente, até que houve uma paralisação estadual. No calor da greve, o governador Miguel Arraes aprovou o Acordo do Campo, que regulamentava o Estatuto do Trabalhador Rural. A partir de então, a jornada de trabalho passou a ser remunerada com salário mínimo. As jornadas de produção passaram a ser remuneradas com mais rigor.

Essas conquistas foram muito importantes, mas, em 1964, com a explosão do Golpe Militar, aconteceu um massacre terrível. Os usineiros, senhores de engenho, aproveitaram a oportunidade para sufocar e oprimir o Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais. Parecia até que a Revolução era da classe deles, pois até a polícia estava submetida às vontades dos usineiros. Muitos companheiros foram presos, espancados e assassinados.

O Sindicato de Vicência foi interditado e eu cheguei a ser preso por uma semana. Houve também uma intervenção na Fetape, onde os companheiros da direção foram presos e assumiram os suplentes. A luta foi ferrenha. A Igreja se dividiu: os mais progressistas tentavam reerguer a Federação, e os demais se aliaram à Ditadura. Nesse período, todas as conquistas alcançadas, a partir da negociação feita com Miguel Arraes, deixaram de ser cumpridas. Para reagir a tal situação, nós contratamos

advogados para defender os direitos dos trabalhadores na justiça. Abarrotamos a Justiça do Trabalho de processos.

Outra estratégia utilizada era, ao invés de fazer reclamações isoladas, reuníamos cerca de 40 ou 50 trabalhadores rurais e formalizávamos uma só petição. Mas a perseguição era grande. Fui ameaçado de morte, no Engenho Campina Verde. Fui expulso do trabalho, pelo homem que havia me convidado para cuidar das terras dele, no Engenho Trigueiro. Com o valor da indenização, eu comprei uma terrinha, em Boa Esperança, uns gados e continuei no Sindicato. Lá, eu sofri uma nova emboscada e, dessa vez, fui morar numa casinha próximo ao Sindicato. Nesse local, tentaram me matar mais uma vez. Então eu fui para o Recife denunciar essa violência.

Chegando o período das eleições para a diretoria da Fetape, eu compus a chapa e fui eleito com Euclides e o companheiro de Palmares, Sebastião Santiago. Nossa equipe iria substituir a diretoria que havia concluído a gestão, durante o processo de intervenção. Era o ano de 1966, mas a perseguição continuava.

Os integrantes da gestão que nos antecedeu foram perseguidos, alguns foram mortos e tiveram os corpos desaparecidos, outros foram torturados, até que ficaram com a saúde comprometida.

Decidimos denunciar esses atentados na imprensa, contratamos advogados e conseguimos fazer com que esses torturadores fossem processados e presos. No entanto eles responderam ao processo em liberdade, porque tinham advogados para isso.

Mesmo assim, seguimos utilizando essa estratégia de contratar advogados, para proteger os nossos companheiros. Na Mata Sul, onde várias lideranças sindicais foram torturadas e mortas, nós também fechamos o cerco aos criminosos.

Na época, houve uma perseguição forte aos delegados sindicais e às lideranças que lutavam pela terra. Vários companheiros foram perseguidos e torturados pelo Regime Militar. São inúmeros os casos de violência que abalaram o nosso Movimento, nesse período. Foi preciso muito fôlego na alma e coragem para lutar.

O Estatuto da Terra havia sido criado e aprovado, em 1964, mas não saiu da teoria. Lembro que a Fetape, em 1965, se articulou para fazer alguns convênios com governo, para que, dessa maneira, conseguíssemos introduzir uma discussão sobre o Movimento Sindical Rural.

Fizemos convênios com órgãos para realização de cursos de corte e costura e marcenaria. Utilizamos os programas de rádio como ferramenta para falar sobre o Movimento. Nessa época, construímos os Centros Sociais de Carpina, Ribeirão e Garanhuns. Imediatamente, colocamos gente nossa nos Polos, para realizar o trabalho de divulgação do Movimento Sindical Rural. Foi assim que conseguimos politizar o Movimento e iniciar um processo de saída do controle da Ditadura Militar.

A conjuntura nacional, nos tempos de Ditadura Militar, também não era fácil. A Contag era presidida por um interventor, chamado José Rota, e fazia um trabalho puramente assistencialista. Em 1967, participamos de um encontro, no Rio de Janeiro. Nessa época, a Contag era composta apenas por 11 Federações e mais algumas delegacias estaduais. Na eleição para a diretoria desse órgão, cada Federação tinha direito a um voto. Então, discutimos que essa maneira não era democrática, e propomos a construção de uma chapa, para a qual eu fui indicado, pelo estado de Pernambuco, para ser presidente.

No início, tive receio, pois não conhecia todas as regiões do Brasil. Além disso, nós éramos uma chapa de oposição. Mesmo assim, a plenária indicou o meu nome, pois acreditava que aquele era o momento de os trabalhadores retomarem o poder sobre a Contag.

Durante o Congresso da Contag, que antecedeu as eleições, eu falei sobre a situação de violência vivenciada pelo nosso estado, a ineficiência da Sudene (Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste), que já completava dez anos, mas não havia beneficiado os trabalhadores, e reforcei que o Movimento Sindical Rural tinha que enfrentar a Ditadura e lutar pelos direitos dos trabalhadores.

Cada Delegado tinha três minutos para falar. Esse tempo só deu para abordar o problema da violência no campo. Porém outros delegados cederam o seu tempo e, com isso, eu falei mais de 30 minutos no Congresso.

Entre na Contag, em março de 1968. Nosso primeiro passo foi organizar a retomada do Movimento Sindical Rural, em nível nacional. Reunimos as 11 Federações, mais as delegacias da Contag (Minas Gerais, Goiás, Pará, Piauí, Maranhão, Santa Catarina, Mato Grosso e Rondônia), - o estado do Mato Grosso do Sul ainda não tinha Federação, em um encontro de duas semanas, em Petrópolis, no Rio de Janeiro, onde se instalou a primeira sede da Contag. Nesse evento, construímos o Plano de Integração Nacional, o Plin.

Para facilitar a implantação desse Plano, construímos as assessorias de Educação, Jurídica e a de Organização Sindical. Mas a retomada da Contag não foi fácil. Para se ter uma ideia, a arrecadação financeira se dava por meio de contribuição sindical, que era recolhido junto com a guia do ITR (Imposto Territorial Rural) do Incra. Parte desse valor era para a Federação, parte era para a Contag e a outra parte era do Ministério do Trabalho. Essa arrecadação era feita por um departamento e acompanhada pelo chefe do Comando Geral de Inquérito, o CGI, Marechal Taurino Resende.

Esse Marechal fez um pronunciamento, que foi divulgado na imprensa, em Minas Gerais, dizendo que, mesmo com as eleições, a Contag seguiria as ordens do governo. Nós o chamamos para uma reunião e dissemos que, daquele dia em diante, os pronunciamentos em nome da Confederação seriam feitos pela diretoria, que tinha a mim como presidente. Depois disso, para a nossa surpresa, veio o Ato Institucional N° 5, o AI5, e houve um desentendimento entre os próprios coronéis. O Marechal ficou ferido, porque o seu filho, que era ligado ao Movimento Estudantil, foi preso. Com isso, ele não se opôs à nossa decisão.

Com esse fato, a Contag deu mais um passo rumo a sua autonomia política e financeira, mas a situação ainda não era muito confortável. Nós mudamos para Brasília, onde instalamos um Centro de Capacitação, que hoje é o Cesir (Centro de Estudo Sindical Rural).

Na eleição seguinte, eu fui reeleito e enfrentamos novos desafios, diante do AI5, que tentou impedir a discussão sobre o tema da reforma agrária. Mas nós nos respaldamos nas legislações vigentes e levamos essa pauta para o Congresso.

Em 1977, a pressão política estava ainda maior. O Brasil perdia o prestígio lá fora e estava cada vez mais endividado. Além disso, os países que haviam passado por Ditaduras estavam se redemocratizando.

Nesse ano, em que deveria ocorrer um novo Congresso e uma nova eleição, tivemos nossos materiais apreendidos. A Delegacia do Acre, por exemplo, foi fechada, sendo reaberta após 40 dias, quando sua diretoria pôde tomar posse. Em Brasília, novamente fui eleito presidente da Confederação.



Campanha Salarial, em 1980.

Já no 3º Congresso, em 1979, a Contag aderiu às lutas coletivas e apoiou a greve de São Bernardo do Campo, durante a qual Lula (Luiz Inácio Lula da Silva) foi preso. Nós elaboramos e aprovamos uma moção em defesa de sua liberdade.

A partir daí, a Contag incentivou as Federações a negociarem o dissídio coletivo, a fazerem campanhas salariais, tendo a greve como instrumento; a fazerem mobilizações pela posse da terra; bloqueios de estrada pela conquista de crédito diferenciado, no Pronaf, e assim por diante. A Fetape deu o ponto de partida nessas mobilizações, inclusive com a grande paralisação dos canaveiros da Zona da Mata, em 1979.

Passado esse tempo, chegou o momento de expansão da Fetape para as regiões do Agreste e Sertão. Com essa ampliação, vieram novas lutas, a exemplo da defesa dos atingidos pelas barragens de Itaparica e de Sobradinho, que iriam retirar várias famílias das suas terras, sem oferecer apoio algum. Na época da construção da Barragem de Sobradinho, eu já era presidente da Contag, a qual foi muito importante na vida das famílias que seriam prejudicadas com essa obra.

Nessa luta, a Igreja prestou um grande apoio ao Movimento Sindical Rural, por meio de lideranças como Dom Helder, Dom Chico, de Afogados da Ingazeira, e Dom José Rodrigues, de Petrolina e Juazeiro da Bahia. Realizamos, também, diversas ocupações na Sudene, reivindicando frentes de trabalho e outras ações emergenciais de combate aos efeitos da seca.

Em 1985, nós realizamos o 4º Congresso da Contag, reunindo cerca de 4.500 delegados, o maior até então. Nesse evento, eu fui reeleito, após uma luta ferrenha para quebrar as limitações da Consolidação das Leis Trabalhistas, que determinavam um voto por Federação. Foram sete mandatos à frente da presidência. Essa foi a minha primeira eleição em um Congresso. Discutimos, nesse evento, a participação política da Igreja Católica durante o Golpe Militar. Como resultado desse debate, queríamos o apoio dessa instituição para a reorganização do Movimento dos Trabalhadores Rurais.

Em seguida, veio a Constituinte de 1988. Foi uma luta tremenda. A Contag esteve presente nos processos Pré-Constituinte, nas Diretas Já! e enfrentou a União Democrática Ruralista, a UDR.

A experiência à frente da Contag, internamente, trouxe grandes desafios, por eu ser nordestino e não conhecer a fundo a realidade de todas as regiões do País. Confundia agricultores da região Sul, com fazendeiros, por causa da cor. Tínhamos que lidar com as lutas dos pequenos agricultores que produziam fumo e uva e criavam frango, sujeitos ao monopólio das grandes empresas. Todos eles tiveram que se organizar e resistir, e nós estivemos presentes em todas essas lutas.

A organização das mulheres passou a se destacar dentro dos Movimentos Sindical e Sociais. Fizemos uma grande intervenção em defesa dos posseiros e dos índios, durante a construção da Transamazônica; retomamos a Federação do Pará, que, na época, tinha uma atuação política fraca; fizemos enfrentamentos aos fazendeiros do Sul, que compravam os seringais, no Norte, matabam os posseiros e derrubavam as matas. Essa mobilização era chamada Embate de Derrubada das Matas.

Nessa luta, um grande líder, que já havia participado de vários cursos da Contag, chamado Wilson Pinheiro, de Brasileia, no Acre, foi assassinado. Nós sabíamos que o crime havia sido motivado pelos conflitos nos seringais e denunciámos o fazendeiro que o havia praticado. No entanto ele não foi preso. Decidimos ir para o Acre vingar a morte do nosso companheiro. Durante a Missa de 7º Dia, fizemos um ato político e de fé. Lula estava no estado fundando o Partido dos Trabalhadores, o PT, e nós o convidamos para a missa de Wilson. No meu pronunciamento, tornei público o autor do crime e, com Lula, dissemos que, com base no Artigo 502, do Código Civil, nós poderíamos fazer enfrentamento à bala, aos que invadissem a nossa casa.



Julgamento do enquadramento na Lei de Segurança Nacional, em 1984. Com Lula, Chico Mendes, Jacobta e João Maia

Os trabalhadores, então, partiram para o enfrentamento e, no conflito, liquidaram o fazendeiro que havia matado Wilson. Não deu outra, nossos trabalhadores foram presos e a Contag, porque insuflou o grupo, foi processada com base na Lei de Segurança Nacional. Articulamos um grupo de advogados e fizemos uma grande pressão, até que, dois dias depois do julgamento, fomos liberados. Esse processo durou de 1980 a 1984 e correu em Manaus, sede da Auditoria Militar da Região.

Em março de 1989, após 21 anos à frente da Contag, eu quis me afastar, porque achava que outras pessoas poderiam e deveriam contribuir. No entanto a nova Constituição abriu espaço para uma representação da classe trabalhadora, em uma instância do Tribunal Superior do Trabalho, o TST. Eu fui indicado pelo Movimento e assumi esse cargo, em novembro desse mesmo ano. Nessa função, fiquei cinco anos e meio.

Meu Polo Sindical de origem é a Zona da Mata, muito embora, eu tenha participado de muitas lutas no Agreste e no Sertão. Nessas lutas, muitas conquistas foram alcançadas: a valorização do salário mínimo, o Pronaf. Em relação à seca, nós ainda vemos muitas famílias sofrendo as consequências, mas, hoje, muitos Programas Sociais, a exemplo do Bolsa Família, que são conquistas nossas, trazidas por Lula e Dilma, ajudaram muito a diminuir os problemas dessas famílias. Antes, por exemplo, nós víamos muitas famílias no prédio da Sudene, à procura de frentes de trabalho. Hoje, elas não fazem mais isso, porque têm o que comer, têm uma hortazinha, uns animais.

O trabalho que vemos hoje, do Movimento, é baseado em muitas conquistas alcançadas com as lutas do passado. Porém é preciso fortalecê-las. A força da juventude, por exemplo, não deve estar ligada apenas à criação de um órgão específico, mas ao fortalecimento da politização desse público.

Sinto que precisamos definir melhor que projeto de sociedade queremos. Na minha visão, passa por um projeto de reforma agrária, que quebre a estrutura latifundiária, para a construção de uma sociedade mais humana, mais justa e solidária, com educação, saúde e segurança de qualidade. Nos países da Europa e nos Estados Unidos, ocorreu essa redistribuição da terra, no período da colonização.

Esse projeto não é apenas do idoso, das mulheres, dos jovens, mas é do campo. Acredito que os processos de formação são os caminhos para chegarmos a esse aprofundamento.

Para o futuro do Movimento, eu também aposto na formação, na organização e na politização. Espero que consigamos ampliar o nosso trabalho para a classe e não apenas para os associados. A questão é politizar, porque o agronegócio está arraigado e temos que fazer o enfrentamento.

Em relação à zona canavieira, precisamos fortalecer a luta para mudar a lei vigente, e conquistar a imissão de posse dos engenhos que estão nas mãos dos trabalhadores.

Hoje, parece que a democracia está se perdendo. A Constituinte de Sarney foi tão desorganizada, que tivemos que aceitar Fernando Collor como presidente do Brasil. Depois, veio Fernando Henrique, mas o mais importante para o Movimento Sindical foi Lula ter sido eleito. Ele foi uma pessoa a quem Deus deu coragem, alma e fé para trabalhar. Atualmente, Dilma continua com essa missão e vai avançar mais, se Deus quiser!

Eu acredito no Movimento, e enquanto tiver forças, não vou deixar de dar minhas contribuições. Foi por isso que Deus nos colocou na terra, e a missão que a gente tem que desempenhar não tem hora marcada, não.

José Francisco da Silva



Apresentação do reisado

A alegria de lutar por direitos

Me chamo Luiz de Rosa de Lima, nasci no Sítio Logrador, em São Bento do Una, no dia 15 de março de 1949. A minha família é formada por agricultores. O nome do meu pai era Miguel Rosa de Lima e da minha mãe Josefa Joaquina da Conceição. Tive treze irmãos.

Minha infância foi sempre trabalhando junto com o meu pai. Sempre gostei das festas, da cultura, de dançar, acompanhar o reisado. Quando morria uma pessoa, nós rezávamos muito na sentinela. Então, minha vida sempre foi essa: na roça, na natureza e consumindo alimentos orgânicos.

A vida era um pouco difícil. Não tínhamos acesso às políticas públicas e a recursos financeiros, como temos hoje. Trabalhávamos para garantir a nossa própria alimentação. Criávamos galinha e porco para vender, pegar o dinheiro e comprar uma roupa, um calçado e, até mesmo, remédios.

Comecei a trabalhar aos sete anos de idade. Ajudava meu pai no roçado com um “olhinho de enxada”, porque, na época, eu não podia carregar uma enxada completa. Casei no dia 27 de setembro de 1983. Minha esposa se chama Maria José da Silva Lima. Moramos juntos, graças a Deus, há 30 anos. Temos sete filhos.



Em 1988, entrei no Movimento Sindical Rural. Me associei ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Tacaimbó. Eu nasci em São Bento do Una, mas a minha vida foi em Tacaimbó. Quando cheguei a esse município, estava com 14 anos. Primeiro, fiz parte do Conselho Fiscal da Cooperativa de Produção Rural, depois, entrei no Sindicato. Logo de início, fui da suplência, onde atuei por um ano. No ano seguinte, entrei para a Direção efetiva.

Ocupei a Secretaria de Política Agrícola por dois mandatos e, agora, estou na Secretaria de Finanças. Sempre contribuí com a luta, participando das ações de massa, cobrando políticas públicas. Em 2007, por exemplo, estive em Feira de Santana, reivindicando cisternas.

Temos uma longa história de batalhas para que o homem e a mulher do campo tivessem uma vida mais digna. Em nossa região, os efeitos da seca sempre foram um desafio muito grande para a nossa luta. As mudanças climáticas também trazem grandes desafios para as famílias agricultoras.

Em 2004, por exemplo, tivemos um dilúvio, que destruiu as plantações e a criação de muitos agricultores. A seca que aconteceu em 2009 e que, em alguns lugares, se arrasta até hoje, foi a maior que eu já vi em minha vida, e trouxe muitos prejuízos para as famílias do campo.

Em 2001, entrei na luta pela conquista das cisternas. No começo, batalhamos pela cisterna de placas, que é de água para beber. Depois, veio o Programa Uma Terra e Duas Águas, o P1+2, trazendo tecnologias para a produção, como a cisterna calçadão. Fiz acompanhamento e mobilização das famílias, no campo.



Família beneficiada com cisterna

Inclusive, de 2001 até 2009, conquistamos 330 cisternas de 16 mil litros e 19 cisternas-calçadão e um tanque de pedra. Foi uma experiência muito boa. Essa articulação do Sindicato foi muito importante porque garantiu que as famílias realmente necessitadas acessassem essas tecnologias.

O Polo Sindical sempre esteve presente, acompanhando, acolhendo e articulando os trabalhadores da nossa região. A Fetape também tem grande importância para o trabalho que realizamos junto à base, para mobilizações como o Grito da Terra Brasil, Grito da Terra Pernambuco e a Marcha das Margaridas. Particpei de muitos desses eventos, e algumas pessoas achavam que eu viajava para tirar foto, mas, na verdade, eu e os demais companheiros passávamos muitos dias de luta e sofrimento. Acho que essas ações de massa foram decisivas para as conquistas que comemoramos hoje.

Ainda temos muitos desafios, mas o fato de termos conquistado políticas, como Auxílio Acidente, Auxílio Exclusão, o Pronaf (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar), o Crédito Fundiário, provam que a nossa luta valeu e vale a pena.

Antes, nosso trabalho como Sindicato era mais limitado, oferecia apenas serviço de dentista, médico, advogado. No entanto é importante destacar que precisamos avançar, pois algumas políticas, como o Programa Minha Casa Minha Vida, por exemplo, ainda tem muita burocracia, e isso dificulta o acesso por parte dos trabalhadores.

Existem também outros problemas. Por exemplo: o homem do campo pode se aposentar com 60 anos e a mulher com 55, porém muitas dessas pessoas, mesmo quando chegam a essa idade, querem continuar trabalhando, porque sabem que ainda têm condições e também porque, se o campo não planta, a cidade não janta. Sem poder plantar, muitos adoecem e têm que seguir para a cidade, porque o campo ainda não tem acesso a políticas, como as de saúde e segurança.

Eu sempre defendo que o trabalhador rural precisa ser mais protegido, pois é ele quem bota comida na mesa das pessoas. Temos que garantir mais conquistas para o campo, principalmente para a terceira idade. Essa parcela da população tem uma importância grande para o comércio das pequenas cidades. Ela contribui, mas não tem acesso a políticas de qualidade.

Outro alerta é que, se o Movimento Sindical não fizer um trabalho mais focado nas bases, será difícil manter a classe mobilizada e com amor à luta. Hoje, muitas organizações, que não têm legitimidade, estão disputando a nossa base. Por isso, os dirigentes têm que entender que o coração do Movimento é a base e que, para mantê-la animada, é preciso fazer uma boa comunicação, um bom diálogo. Com isso, eles terão o Sindicato e o nosso Movimento como uma referência para a luta.

Como liderança, acredito que é importante ter compromisso sempre com o Movimento Sindical Rural. Se você tem um problema em casa, tem que deixar em casa, os trabalhadores e os companheiros do Sindicato não têm nada a ver com isso e precisam que você esteja sempre disposto a dar a sua contribuição.

Luiz de Rosa de Lima



A força de descobrir, todos os dias, o Movimento

Meu nome é Aluízo Bernardo da Silva. Sou filho de Luiz Bernardo da Silva e Leonor Maria da Conceição, ambos já falecidos. Nasci no dia 15 de março, de 1947, no município de Terezinha, que, na época, era um distrito de Bom Conselho. Fui criado junto com mais dois irmãos, um homem e uma mulher.

Na infância, não consegui estudar. A dificuldade para ir à cidade, todos os dias, era muito grande, uma vez que no Distrito onde eu morava não tinha escola. Com muito sofrimento, cheguei a concluir a 4ª série do antigo Primário. Outra dificuldade era conciliar o trabalho com os estudos. Aos 8 anos, eu e meu irmão já trabalhávamos na roça e cuidávamos de uns bois, em uma fazenda onde meu pai trabalhava como “carreiro”, ou seja, transportando o carro de boi.

A gente saía às quatro horas e voltava de meio dia. Dessa forma, era complicado arrumar tempo e disposição para estudar. Depois de um tempo, meu pai foi trabalhar em outra fazenda, até que um dia, ele comprou uma terrinha e passou a plantar alugado nas terras de outras pessoas. Nesse tempo, a nossa vida melhorou um pouco mais, pois a roça, além do alimento, nos dava uma renda pouca.

Mas, enfim, a minha vida e a dos meus irmãos na infância não foram fáceis. Nosso tempo era ocupado apenas com o trabalho. Às vezes, nós queríamos ir a uma festa e não podíamos. Houve um ano

em que nós plantamos uma roça grande e aconteceu uma seca enorme. O nosso prejuízo foi tão grande, que meu irmão decidiu abandonar tudo e vir morar no Recife. No Agreste, só ficamos eu, meus pais e minha irmã.

Logo depois, recebi um convite para trabalhar em São Paulo, mas não aceitei, pois não queria deixar meus pais sozinhos. Casei e permaneci morando próximo a eles até o dia em que decidi ir morar em Bom Conselho. Eu morava na cidade, mas trabalhava em um sítio na área rural.

Entre no Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais em 1988, como associado do Sindicato dos Trabalhadores Rurais. Em 1994, fui convidado pelo meu tio para compor uma chapa do Sindicato dos Trabalhadores de Bom Conselho. Inicialmente, o convite foi para ele, mas, por questões de trabalho, o mesmo não aceitou. No início, tive receio, porque não conhecia nada sobre o Movimento, mas meu tio me encorajou, dizendo que eu poderia aprender com o tempo.

Cumpri um mandato como suplente. Em seguida, o presidente desistiu da representação e eu assumi o cargo, até cumprir o tempo que faltava para o fim da gestão. No ano de 2002, fiz parte da diretoria efetiva, já como presidente do Sindicato. Nessa função, exerci dois mandatos. Continuei na diretoria como secretário de Finanças, cargo que ocupo até o momento.

No começo, o trabalho foi bem difícil. Com a saída do presidente, no meio do mandato, nós tivemos que pegar o “bonde andando”, como se diz. Além dos problemas que estavam sendo solucionados, assumimos também a forma de gestão que estava em curso. Para completar, eu não tinha grande experiência no sindicalismo. Outro desafio era a falta de informação da própria comunidade, que



confundia o Sindicato com um órgão de governo e nos cobrava ações que não eram de nossa responsabilidade.

À medida que nós fomos adquirindo mais experiência e conhecimento sobre o Movimento Sindical, os problemas foram sendo resolvidos com mais facilidade. Por exemplo, nós ganhamos, por meio de negociações amigáveis e na justiça, diversas causas trabalhistas e de acesso à terra e à moradia, envolvendo a nossa base e os fazendeiros do município. Realizávamos atendimento pelo Funrural e pelo Sistema Único de Saúde (SUS).

A seca em nossa região sempre foi uma pauta presente em nossas lutas. Eu lembro que, logo no início do meu trabalho à frente da diretoria do Sindicato, nós enfrentávamos uma seca severa. As famílias do campo não tinham água, tinham perdido os animais e não tinham a menor condição de plantar. Nesse ano, recebemos uma Frente de Emergência em nosso município.

Vários companheiros nossos conseguiram trabalho nessa Frente, colocando água, construindo poços, barragens e outras obras de emergência. Eu também trabalhei nessas ações, cadastrando os trabalhadores da nossa base, para que esses fossem remunerados. Em alguns casos, tivemos problemas com o salário desses trabalhadores que haviam cumprido a jornada de produção, mas a remuneração, no final do mês, não chegava.

Ao longo de um tempo, eu acompanhei um técnico do Instituto de Pesquisas Agronômico de Pernambuco (IPA) em um projeto de assessoria técnica nas comunidades rurais. Essa experiência foi muito marcante, porque me ajudou a conhecer as pessoas, as necessidades e os potenciais de cada comunidade rural. Esse conhecimento de campo foi decisivo para firmar o meu trabalho como presidente do Sindicato.

Internamente, nós fizemos um trabalho de organização e fortalecimento do Sindicato. Por meio de um cadastramento dos trabalhadores, conseguimos identificar o tamanho do nosso déficit financeiro e político, pois o nosso maior propósito era trazer os companheiros da base para o Movimento. Essa ação foi providencial, pois nós reanimamos a nossa base e superamos as dificuldades financeiras que ameaçavam o bom funcionamento da estrutura do Sindicato.

Reformamos a sede, construímos um auditório e, após muito suor, conseguimos um veículo para ajudar no trabalho de base. Esses

investimentos mudaram a concepção das pessoas sobre organização e poder político do Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais, em Bom Conselho.

O Polo ao qual pertencemos, que é o de Garanhuns, é o maior em todo o estado, composto por 34 municípios. Eu acredito que a nossa organização em nível de Polo Sindical foi muito importante. Facilitou a comunicação, fortaleceu as lutas, pois sempre que temos mobilizações, ou qualquer atividade, os 34 Sindicatos comparecem em peso. Isso amplia a nossa voz na hora de cobrar os nossos direitos.

Eu acredito que, hoje, a conjuntura política está bem favorável para o Movimento Sindical trabalhar. Temos muitas políticas, programas sociais, possibilidade de dialogar com o poder público. Por isso, é importante que o Sindicato faça uma boa divulgação de todas as políticas públicas voltadas para o meio rural e, acima de tudo, trabalhe para que a base entenda que é preciso se manter viva na luta para aperfeiçoar as políticas que já existem e lutar por muitas outras.

Para o futuro, eu espero que o Movimento consiga manter os trabalhadores mobilizados em torno das lutas e do Sindicato. Se não houver essa preocupação, poderemos perder a nossa base. Por fim, eu preciso dizer que fazer parte do Sindicato foi algo muito importante para mim. Tudo o que tenho e o que sou, devo ao Movimento.

Aluízo Bernardo da Silva



Atividade do Sindicato de Bom Conselho.



Assembléia no Sindicato de Afogados da Ingazeira.

“Depois de sair tantas vezes, valeu a pena voltar para a agricultura”

Sou Antônio Marques dos Santos, filho de Luiz Marques dos Santos e Maria José de Jesus. Tenho 10 irmãos, só que dois morreram. Nasci no Sítio Poço Dantas, em Tabira, no dia 26 de fevereiro de 1937.

Meu pai tinha uma pequena propriedade e nos criou trabalhando na roça. Trabalhei com ele, dos 18 aos 20 anos, quando fui para São Paulo, onde fiquei por quatro anos. Lá, trabalhava na fuselagem de avião. Depois, voltei, porque lá era muito frio e eu vivia adoecendo, e fui novamente para a roça.

Ao voltar para casa, trouxe um capitalzinho. Eu tinha duas vaquinhas e meu pai sugeriu comprar mais quatro vacas, para sobreviver vendendo leite. Mas eu não queria saber disso. Inventei, então, de abrir uma merceariazinha. Mas quebrei e voltei para o sítio, novamente.

Fui, então, trabalhar na propriedade do meu pai, tocar a roça. Com o resto do dinheiro, eu comprei umas vacas. Nessa época, já estava noivo. E, pouco tempo depois, casei e só tive um filho. Muita gente, nesse período, tinha vergonha de ser agricultor, e eu também tinha. Agricultura era considerada um serviço pesado e, se você tivesse um emprego, um comércio, o trabalho era melhor, maneiro.

Depois de sair tantas vezes, valeu a pena voltar para agricultura, porque entendi que, nessa área, eu tinha como arrumar a minha vida. Eu comprei uma propriedade e umas vacas. Com a venda do leite, apurei um bom dinheiro. As terras (a minha junto com a do meu pai) eram pequenas, mas dava para sobreviver. Sempre fui organizado com as minhas finanças, não devia a ninguém e sempre deixava uma sobra do dinheiro, para alguma emergência, como um problema de saúde na família, por exemplo. Esse cuidado eu aprendi com o meu pai.

No Sertão, os primeiros Sindicatos a serem fundados foram os dos municípios de Tabira, São José do Egito, Petrolina, Araripina e o de Afogados da Ingazeira, que foi iniciado pelo meu pai, em 1962. Nessa época, eu tinha 18 anos.

Tudo começou a partir da orientação do bispo Dom Francisco Austregésilo, da Diocese de Afogados da Ingazeira que, em uma das suas missas, falou que o Sindicato era para defender os trabalhadores. Ele sempre falava de Deus e de política nas pregações. Na ocasião, ele convidou meu pai, que era bastante presente na Igreja, para ser fundador. Disse que iria fazer um treinamento para um grupo formado por duas pessoas de cada município da região, sobre sindicalismo, coordenado pelo padre Crespo.

Meu pai chegou do curso bastante empolgado. Na verdade, acho que isso era uma questão ideológica, porque ele era um trabalhador rural de classe média, mas sempre se preocupou com os direitos de quem era menos favorecido.

Ele se interessou em fundar o Sindicato, mas nunca foi presidente. Logo em seguida, filiou o órgão à Federação. Naquela época, não tinha a obrigação de arrecadar dinheiro e, mesmo tendo um presidente, meu pai assumiu o trabalho e fazia viagens com dinheiro do próprio bolso.



Assembléia no Sindicato de Afogados da Ingazeira.

Ele acreditava que o Sindicato era para quem não tinha nada e, por isso, cobrava apenas de algumas pessoas que tinham mais condições. Na verdade, ele até pagava, além da sua, a contribuição de várias pessoas. Meu pai só saiu da linha de frente, quando o Sindicato foi reconhecido, uns 8 a 10 anos depois.

Depois do reconhecimento, foi criado o estatuto, e chegou o momento de eleger a diretoria, de acordo com esse documento. Em uma reunião, que contou com a assessoria de Dom Francisco, meu pai foi indicado, devido a sua participação na fundação, para concorrer ao cargo de secretário, mas ele não aceitou.

Dom Francisco sugeriu, então, que eu o substituísse. Eu achava que não tinha conhecimento suficiente, porém o bispo me convenceu. Nessa época, eu tinha 22 anos. Um ano depois, o presidente, Severino Rodrigues, renunciou e eu, que estava ocupando o cargo de secretário, tive que assumir. Em um primeiro momento, não quis, mas, depois, fui eleito. Em seguida, fui reeleito por quatro vezes, passando 12 anos na presidência.

Na Fetape, passei 20 anos. Fui integrante do Conselho Fiscal, suplente da diretoria, primeiro secretário, secretário de Política Agrícola e presidente. Quando fui para a Fetape, eu fiquei na suplência da diretoria do Sindicato. A minha intenção era dar espaço para outras pessoas ocuparem essas funções. Muitos me escolhiam porque achavam que eu já sabia fazer o trabalho, mas eu acreditava que todos eram capazes de aprender.

Nessa caminhada, eu tenho várias conquistas a destacar. Uma delas, que fortaleceu a minha compreensão sobre a importância do Sindicato e me fez escolher viver para ele, foi a nossa mobilização durante a construção da Barragem de Brotas. Era o ano de 1973.

Quando anunciaram a obra, todo mundo fez festa, mas, depois, nós percebemos que as melhores terras ficariam embaixo das águas da barragem. Também percebemos que as famílias que moravam lá seriam retiradas. Nessa época, o Sindicato já vinha fazendo um trabalho de educação, e contribuiu para que as famílias despertassem para os problemas que essa obra causaria. Quem me ajudou muito nisso foi o companheiro Euclides Nascimento, que era a pessoa com quem eu sempre falava quando ia à Fetape.

Outra conquista importante aconteceu em 1979. Nesse ano, nós vivíamos uma grande seca, e os trabalhadores estavam sem condições de produzir e precisavam de trabalho. O sindicato de

Afogados da Ingazeira mobilizou outros sindicatos para uma reunião. Nessa atividade, reunimos cerca de 40 lideranças e conversamos com um representante da Emater (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural), que, atualmente, é o Instituto Agrônômico de Pernambuco, o IPA. Ele pediu que, em até dois dias, formássemos uma comissão para conversar com o secretário de Agricultura. Nós levamos 5 mil trabalhadores, de 120 comunidades, para a prefeitura. Na ocasião, o governador era Marco Maciel e o líder do governo era Inocêncio Oliveira.

Quando o secretário viu a multidão, perguntou quem havia mobilizado aquela gente toda. Eu disse: o próprio povo. Falei também que o governo era responsável, porque não nos deu trabalho e o que nós queríamos era trabalho. Tínhamos um documento com as propostas em mãos e o entregamos a um representante da Emater. Porém, na conversa em particular, eu insisti que o representante do governo fosse até o povo, lá fora.

Durante a mobilização, deixamos claro que não éramos contra o governo, mas que gostaríamos de trabalhar com ele. As negociações continuaram, junto com uma comissão criada pelo poder público.

Criamos também uma comissão para acompanhar as obras comunitárias, como barragens, poços, roça comunitária, e conseguimos que os trabalhadores rurais fossem empregados nessas construções, ganhando um salário mínimo.

Nossa luta no Sertão era bastante organizada. Devido a essa organização, na época da seca, surgiram os Polos Sindicais. Antes, nós chamávamos Agrupamentos, porque os Sindicatos se reuniam em torno da defesa de uma proposta. Depois, passou a ser chamado Trabalho Integrado, ou seja, quando os trabalhadores atuavam, juntos, nas comunidades. Eram entre 10 e 12 Sindicatos na mesma obra. Fizemos comissões com 5 a 10 trabalhadores, que trabalhavam um na roça do outro.

Por isso, a nossa luta nos períodos de seca e contra os problemas causados pelas construções de barragens foi muito grande. O Movimento atual está desfrutando do que nós conquistamos naquele tempo difícil.

Agora, o mais importante é administrar o que foi conquistado no passado, com muito sacrifício. A conjuntura política da época era bastante difícil. Hoje, eu vejo a realidade política como sendo mais democrática. No passado, as ocupações dos engenhos de cana, as grandes greves, a luta contra a seca, nas quais a gente parava as



BRs, as ocupações das prefeituras, a ocupação da Sudene era tudo mais forte. Acho que hoje o Movimento precisa ser mais combativo.

O grande desafio para os trabalhadores rurais fortalecerem a sua organização é saber separar a política sindical da política partidária. Outra questão é que a liderança sindical tem que ser unicamente sindicalista. Não dá para ser líder sindicalista e líder partidário, ao mesmo tempo.

O sindicalista é a cabeça pensante no campo político do Movimento e a assessoria contribui com ele. Por isso, é importante o diretor escolher bem os seus assessores. Quando estive à frente da diretoria da Fetape, avalio que fiz um bom trabalho e isso se deve muito aos bons assessores que tive, entre eles Euclides Nascimento, Zé Augusto, Maria Gorette Aquino.

Acredito que uma boa liderança sindical tem que buscar, cada vez mais, conhecimento, mas sempre buscando preservar a humildade, para compreender melhor os outros, para saber que quem manda nela é o povo. A verdadeira liderança é aquela que respeita e é respeitada. Se ela não respeita as pessoas, não é liderança.

Eu me afastei do Movimento Sindical Rural em 2002, porque compreendi que já tinha dado a minha contribuição como dirigente. Gostaria que outros pudessem participar e dar a sua contribuição. Mas, permaneci contribuindo como liderança, com a mesma capacidade de assimilar as questões das lutas.

Antônio Marques dos Santos



Barragens marcam a história de luta de “Preá”

Eu me chamo José Soares Novais, mais conhecido por Zé Preá. Nasci no dia 28 de fevereiro, de 1945, no município de Itacuruba. Eu só fiz nascer na cidade, mas a vida inteira, eu morei na área rural, na Fazenda Riacho de Itacuruba, localizada a 2 km da área urbana. Minha mãe se chama Pedrina de Sá Novaes e meu pai é João Soares Filho.

Comecei a trabalhar na roça, a cuidar de bicho, aos sete anos de idade. Acordava umas quatro horas da manhã, começava a trabalhar, parava um instante para almoçar, e voltava ao trabalho, onde ficava até às cinco horas da tarde. Ajudei meu pai, que era vaqueiro, a criar os meus onze irmãos. Eu frequentava a escola seis meses e, nos outros seis, eu parava de estudar para trabalhar na roça. Cursei até a 3ª série.

Ouvi falar, pela primeira vez, sobre o Sindicato quando surgiu a discussão sobre a aposentadoria do trabalhador rural. Me disseram que, para conseguir esse benefício, era importante eu me associar. Então, em 1972, me associei.



Visita à comunidade em Itacuruba.

Na década de 70, começou a luta em defesa das famílias vítimas da construção da Barragem de Itaparica. O Sindicato começou a fazer várias reuniões. Dessa forma, iniciei a minha luta no Movimento Sindical, incentivado pelo frei Afonso.

Aos poucos, participando das concentrações que aconteciam em Petrolândia, fui conhecendo as lutas, os problemas políticos e as bandeiras do Sindicato. Nessa época, a luta era para garantir o reassentamento das famílias atingidas pelas construções das barragens no Brasil. Uma coisa que foi iniciada pelo nosso Movimento.

No começo, foi muito difícil, pois era a época da Ditadura Militar. Os patrões, que eram aliados do

regime, faziam de tudo para nos impedir de lutar pelo reassentamento das famílias. Muitos políticos e a parte conservadora da Igreja também eram contra a nossa luta. Muitas vezes, nos concentramos no prédio da Companhia Hidro Elétrica do São Francisco, a Chesf.

A estratégia para mobilizar o pessoal do Sindicato era marcar as reuniões no dia em que eles vinham para a feira. Antes da volta para as comunidades, nos reuníamos e organizávamos as atividades. No dia 1º de dezembro de 1986, paramos a construção da Barragem de Itaparica. Nessa batalha, tivemos um grande apoio da Fetape, Contag, Igreja Católica e de algumas organizações internacionais.

Dessa maneira, conseguimos, por exemplo, fazer com que 65% das famílias atingidas pela construção da obra fossem reassentadas. As cinco mil e quinhentas famílias formadas por trabalhadores rurais, antes, trabalhavam como meeiras, rendeiras e mais da metade era praticamente sem terra, pois o pedaço de chão que tinham, muitas vezes, não dava nem para plantar. Hoje, cada uma tem um lote. Nós também reivindicávamos o pagamento de indenizações para essas famílias.

Creio que a minha contribuição, como liderança se deu na mobilização das famílias, estimulando os grupos a lutarem pelos seus direitos. Nesse trabalho, também contamos com o apoio de representantes da Diocese de Juazeiro da Bahia. Em suas falas, eles sempre citavam o exemplo da luta das famílias na Barragem de Sobradinho.

O Polo Sindical teve uma importância grande nessa luta. Essa instância nunca mediu esforços para articular a base, as organizações parceiras. Sem o trabalho realizado pelo Polo Sindical e os apoios da Fetape e da Contag, não existiria o reassentamento de Itaparica. Certamente, essas famílias estariam nas periferias da cidade e não possuem hoje.



Outro momento marcante foi quando fechamos a Nova Itacuruba, porque os patrões perderam o financiamento dos bancos, no momento em que estavam indenizando as famílias. Com isso, muitas pessoas ficaram sem receber indenização. Paramos Itacuruba, com o objetivo de organizar cestas básicas, para fazer a distribuição junto a essas famílias.

Atualmente, as lutas estão mais fáceis do que antes. No passado, só tínhamos governos contrários às nossas lutas. Nos dias de hoje, temos o respeito dos governantes.

A sustentabilidade sempre foi um grande desafio, pois nós tínhamos que fazer a militância, mas também lutar pela sobrevivência.

Um caminho no qual eu acredito para fazer o Movimento crescer ainda mais são os jovens. O futuro do país é a juventude. Por isso, acho que o Movimento precisa investir ainda mais nas lideranças jovens. Caso contrário, daqui a pouco, a gente vai ver o Sindicato com quatro ou cinco membros. Um líder morre, outro vai para a faculdade e nós vamos ficar sem ninguém.

Se lembrarmos como Movimento era, há 50 anos, podemos ver que, hoje, ele está bem diferente. Acho que é necessário aprendermos a ouvir mais. Quase sempre, a gente fala demais e ouve pouco.

Tudo que eu sou e que conquistei devo ao Movimento. Por isso, ainda hoje, estou disponível 24 horas para essa luta. E estarei disponível até o dia em que eu partir desse mundo.

José Soares Novais (Zé Preá)



Encontro de Mulheres Trabalhadoras Rurais

Uma vida dedicada ao fortalecimento da base sindical

Sou Arlinda Antônia de Lima e nasci no dia 7 de setembro de 1950, no Sítio São Bento, que era do município de Triunfo e hoje pertence a Santa Cruz da Baixa Verde. Sou a primeira filha de sete irmãos, só que uma morreu. Meu pai, falecido em 2012, se chamava Sebastião Miguel da Costa, mais conhecido por Baião. A minha mãe, também falecida, se chamava Antônia Maria de Lima. Dos meus irmãos, eu fui a única que fiquei no Sítio, trabalhando na roça com meus pais. Os outros foram para São Paulo, buscando mudar de vida.

Ainda criança, enfrentei uma seca grande, entre os anos de 58 e 59. A chuva só voltou a cair em março de 1960. Tínhamos que buscar água em local distante e transportar, na cabeça, em um pote de argila, até à casa do dono da fazenda, para quem os meus pais trabalhavam. Lá, a gente ganhava um pouquinho de milho, em troca da água. Chegando em casa, a gente torrava o milho em uma panela, pisava no pilão, fazia fubá e, depois, colocava um pouquinho de água no fogo com um pouquinho de sal para comer.

Na minha época de criança, tudo era difícil. Ninguém conhecia governo, não havia solidariedade, era somente o roçado da gente e as diárias que os nossos pais ganhavam. A lida na roça ia de

segunda a sábado, só parávamos no domingo. A casinha em que eu vivia era de barro, e a gente sofreu muita necessidade na alimentação. Comíamos angu, rapadura, às vezes, tomávamos café amargo. Dormíamos no chão e andávamos descalços, porque sapato era para usar uma vez no mês, quando a gente ia para a missa. Roupa era feita de saco mesmo.

Quanto aos estudos, meu pai, que era um dos poucos que sabiam ler, nos ensinava em casa mesmo. Ele comprou uma cartilha do ABC, a gente fazia o lápis de um mato chamado “camará” e, assim, nós íamos apontando as letras. Quando eu comecei a ir para escola, na área rural mesmo, já sabia a primeira cartilha. Era o ano de 62 ou 63.

O trabalho na roça ia das seis às nove horas e, depois, eu andava uns dois quilômetros até a escola. Eu só vim cuidar de cozinha depois que a minha mãe morreu, em 2000. Antes disso, de homem a mulher trabalhava na roça. Já cuidei de umas vacas brabas e de uma burra, que dava coice e mordida. Com muito trabalho, cuidando de várias roças, a nossa família conseguiu diminuir um pouquinho o sufoco.

Em 1983, como eu sempre frequentava a missa e sabia rezar, as famílias do sítio me escolheram como liderança religiosa, para trabalhar na comunidade. Por causa disso, eu sempre ia para o Convento de Triunfo participar de capacitações. Foi quando conheci João Henrique, então tesoureiro do Sindicato dos Trabalhadores Rurais daquele município.

Nessa época, eu não sabia muito bem sobre o Sindicato. Só sabia que ele havia sido criado em 1963, por incentivo do padre Luiz, apenas para cumprir atividades burocráticas e de assistência social, ou seja, oferecer médico e dentista. Um ano depois, veio o Golpe Militar, e o Sindicato passou a ser comandado por um interventor, chamado Zé de Dina.

Ao longo do trabalho com as Comunidades Eclesiais de Base, as Cebs, e com o fim do Golpe Militar, eu fui me entrosando, cada vez mais, com o Movimento Sindical Rural, até que, um dia, João Henrique pediu para que eu articulasse uma reunião na comunidade.

Nessa reunião, a comunidade foi consultada sobre quem poderia trabalhar como delegada de base. Como eu já fazia um diálogo com os moradores para as Cebs, eles me elegeram. Mais tarde, João me convidou para fazer parte da Chapa do Sindicato. Essa função me deu oportunidade de fortalecer o trabalho com a base.



O que me deu gosto em levantar essa bandeira foi justamente o fato de eu ter nascido no sofrimento. Então, eu juntei a minha missão de evangelizar e lutar por direitos. Com o passar dos anos, a comunidade ficou mais solidária. Todos se engajavam na construção das casas, - inclusive, foi assim que eu aprendi a dançar coco, para pisar o sapê, usado na construção das casas.

Nessa época, eu senti a necessidade de chamar representantes do IPA (Instituto Agrônomo de Pernambuco), Sebrae (Serviço Brasileiro de Apoio as Micro e Pequenas Empresas) e da Emater (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural), para fazer capacitações e fortalecer a produção agrícola na comunidade.

Como o sítio onde nasci pertencia a Triunfo, iniciei a minha militância no Sindicato desse município. A minha atuação passou a ser no município de Santa Cruz da Baixa Verde, em 1991, ano da sua emancipação política.

Eu incentivava o pessoal a se cadastrar no Sindicato, participar das reuniões, a conhecer os seus direitos como trabalhadores. Fui sensibilizando a juventude, aos poucos, para fazer parte do Movimento. Formamos um grupo de jovens, com o apoio do Centro Sabiá, voltado para a recuperação do solo e a luta por políticas públicas. O Sindicato cresceu bastante com a mobilização e o trabalho da juventude, nessa década.

Já conhecia o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Sertão Central e, quando passei a fazer parte do Sindicato, eu me doei mais a esse trabalho, buscando sensibilizar as mulheres para a

importância de se articularem com a luta e não cuidarem apenas da casa. Em 1992, quando eu ocupava a Secretaria de Organização e Formação, a minha vida era: mobilizar a base para os congressos, as atividades de formação, e, não há como esquecer, da nossa grande luta para diminuir o sofrimento causado pela seca, em 1993. Nesse ano, levamos muitos trabalhadores e trabalhadoras para a ocupação da sede da Sudene (Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste).

Diante de tanta luta do Movimento Sindical Rural, eu posso dizer que a assistência técnica para a agricultura familiar está em primeiro lugar, dentre as conquistas. No passado, existia a Emater, mas os “pequenos” não tinham acesso a esse órgão. Alguns anos depois, conseguimos um reforço na assistência técnica com uma organização alemã. O acesso ao crédito, que se tornou muito mais fácil depois do Governo Lula, também foi outra grande conquista da nossa luta.

Outro momento importante, que mostra a nossa força, foi a ocupação da Sudene, que já citei e que trouxe uma boa repercussão nos jornais, inclusive disseram que a gente tinha sequestrado o então superintendente do órgão, Cássio Cunha Lima. O mais importante é que conquistamos, com essa mobilização, recursos para o enfrentamento à estiagem, que assolava as famílias do Semiárido, na época.

Internamente, organizamos a Marcha das Margaridas – que foi uma grande vitória. Conseguimos também que as mulheres participassem dos Sindicatos, incluindo a diretoria, pois, antes, elas sequer participavam das assembleias. É bom lembrar que o nosso Polo Sindical contribuiu com essa luta, por meio de grandes lideranças como Vanete Almeida, Cícera Nunes e até eu mesma (risos).

Hoje, as mulheres são lideranças nas associações, nos sindicatos, nas cooperativas, no Legislativo, no Executivo e em tudo quanto é canto.

Pautamos a questão do acesso, com qualidade, à Previdência Social. Como resultado, conquistamos a aposentadoria rural. Conseguimos que o Sindicato se responsabilizasse por dar entrada aos processos da Previdência. Antes, isso era feito nos Correios e no Funrural. Também conquistamos melhorias no atendimento oferecido aos trabalhadores pelas agências do INSS (Instituto Nacional do Seguro Social).



Aniversário da Feira Agroecológica de Santa Cruz da Baixa Verde.

Dedicar quase toda a minha vida ao Movimento dos Trabalhadores e das Trabalhadoras Rurais foi maravilhoso. Tudo mudou em mim, em minha comunidade e na vida das mulheres. Por exemplo, Santa Cruz da Baixa Verde é um município com uma grande quantidade de técnicas. Essa profissionalização é fruto do nosso trabalho. Além disso, eu sempre lutei para que as mulheres estivessem na direção dos Sindicatos, das associações. Participamos do Conselho de Desenvolvimento Rural Sustentável, fruto da nossa reivindicação.

Contamos com uma Associação Municipal de Desenvolvimento Produtivo, que tem uma grande participação das mulheres. A vida dos homens e mulheres do campo, nas áreas da saúde, educação, moradia, consciência política, tudo mudou, a partir da luta do Movimento Sindical. Hoje, temos grande habilidade na construção e negociação das nossas bandeiras, mas não podemos achar que está bom demais, ao ponto de não precisarmos nos fortalecer.

É necessário continuarmos fortalecendo as nossas bandeiras, mobilizando a juventude, para tornar a nossa base ainda mais firme. Aqui, no município, quando ando pelas comunidades, estímulo o pessoal a se mobilizar, a plantar, a sair para a luta, pois, se nós perdermos as políticas e as oportunidades que temos hoje, tudo vai ficar ainda mais difícil.

Já estou velha, contribuí bastante com o Movimento, mas ainda tenho um grande sonho: ver todos os agricultores e agricultoras produzindo, comercializando. Para isso, é preciso

uma melhor organização. Sempre digo, nas atividades de base, que o desenvolvimento é feito pela própria comunidade, com seu trabalho e a sua luta.

Para o nosso futuro, eu espero que o nosso Movimento esteja cada vez mais forte do que é hoje. Que as novas lideranças possam guiar essa luta com muita força e que a gente nunca mais se sinta como “sapo debaixo do pé do boi”, como diz uma música do Movimento. Ou que a gente pense que só tem “enxada e título de eleitor”, como está dito em outra canção.

Arlinda Antônia de Lima



Assumindo a presidência do
Sindicato de Petrolina

Uma vida em diálogo com a base

Eu sou Sebastião José Barbosa da Silva. Nasci no Sítio Boa Esperança, em Petrolina, no dia 26 de fevereiro de 1945. Meu pai é Paulo Barbosa da Silva e minha mãe se chama Luiza Rodrigues da Silva. Tenho cinco irmãos, quatro homens e uma mulher. Esse sítio, hoje, pertence ao Projeto de Irrigação Massangano. Essas terras foram desapropriadas e nós nos mudamos para a Ilha de Massangano, quando eu tinha entre 7 e 8 anos.

A minha vida, na infância, foi muito difícil, porque meus pais trabalhavam para os outros. Aos 8 anos, comecei a trabalhar, junto com meu pai, olhando os bichos e cuidando da roça. Para estudar, era complicado, pois não tinha escola. Meu pai era analfabeto, minha mãe tinha um “saberzinho” pouco.

Mesmo com todas as dificuldades, meu pai se preocupava com os nossos estudos e, com isso, arrumou uns professores para nos ensinar em casa. Só cursamos o ABC. Quando mais velho, estudei um pouco o primeiro grau, mas não cheguei a concluir. Depois de casado, voltei a estudar, mas não consegui cursar todo o segundo grau.

No passado, os direitos não existiam e quem ditava as regras era o patrão. Era preciso obedecer para sobreviver. Não tinha muita oferta de emprego. O negócio era trabalhar de meeiro. Meu pai já trabalhou dessa maneira. Ele plantava, colhia, vendia tudo, tirava a

parte do patrão, as despesas e, às vezes, ainda ficava devendo. Casei aos 26 anos e tive seis filhos. Um deles morreu. Dos cinco, ficaram três homens e duas mulheres. Mais tarde, adotamos uma criança.

Ingressei no Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais incentivado pelo meu pai. Ele era sócio do Sindicato e frequentava muitas atividades. Além de me incentivar, ele me orientou na associação. Isso aconteceu em 1968, quando eu tinha entre 24 e 25 anos. Depois disso, segui participando com frequência das atividades. Entre os anos 1970 e 1971, fui convidado para fazer parte de uma chapa como suplente. Ganhamos a eleição, mas, no dia de tomar posse, o Ministério do Trabalho tomou o Sindicato.

Cento e oitenta dias depois, teve outra eleição e, desta vez, com duas chapas. Fui eleito como suplente. Antes de completar um ano, o secretário renunciou e eu assumi o cargo, em 1972. Não fazia ideia do que era ser diretor. O que me ajudou foram os cursos sobre sindicalismo, realizados pela Fetape. Fiz um curso em Carpina e, quando voltei, já tinha alguma noção sobre o que era ser dirigente. Eu era tesoureiro e, depois, exerci dois mandatos de presidente.

Foram 33 anos entre diretor na Executiva, Conselho Fiscal e suplente. Acho importante renovar as lideranças e dar oportunidade para os demais aprenderem. Atualmente, sou apenas sócio, participo das assembleias e acompanho os processos eleitorais do Sindicato.

Ao longo dessa caminhada, a primeira conquista histórica foi a realização do 3º Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais, do qual participei. Estava no Sindicato, há pouco tempo. Era uma época de forte repressão. Estávamos dentro do ginásio, cercados por policiais. Tinham espões entre nós, para saber o que estávamos discutindo. Nossa pauta principal era a reforma agrária, terra para os trabalhadores. Essa bandeira para os representantes da Ditadura Militar era um ponto-chave.

Outra conquista são os Gritos da Terra Brasil. Participei de 14 edições. Essas lutas foram bem difíceis, porque o Movimento não tinha estrutura, não tinha nada, a gente ficava lá embaixo da lona. Também não tínhamos liberdade. Permanecíamos lá, por pura resistência, mesmo cercados de policiais, pela polícia, a cavalaria e toda a força repressora. Sofremos muitas agressões por parte do Exército, quando protestamos no Ministério da Previdência. Eu, Manoel Santos e outros dirigentes levamos gás nos olhos.



Seminário sobre História do Sindicalismo
(40 anos do Sindicato)

Em 1993, ocupamos a Sudene, para reivindicar ações de combate aos efeitos da seca. Cercamos o prédio e não deixamos ninguém entrar e nem sair. Fizemos muitas ocupações de terra. Nas greves dos assalariados, nós estávamos juntos, apoiando o Movimento.

Entre os anos de 1978 e 1981, fui integrante do Conselho Fiscal da Fetape. Durante a gestão do presidente José Rodrigues, de 1987 a 1990, exerci o cargo de 2º tesoureiro da Fetape. Ocupei novamente esse cargo, no período entre 1990 e 1993. Fui vice-presidente de 1993 a 1996, quando a presidência era ocupada por Manoel Santos. Já de 1996 a 1999, exerci o mandato de suplente da Secretaria de Política Salarial.

Creio que a minha contribuição foi com relação à organização dos trabalhadores, à mobilização para as lutas. Essas sempre foram as minhas prioridades. No Sindicato, sempre nos preocupamos muito com a formação do delegado de base.

Fizemos muitas reuniões, para mobilizar as lideranças, discutir sobre a importância do Sindicato. Como o nosso saudoso companheiro Euclides Nascimento dizia: “Devemos fazer o sindicalismo no miudinho”. Inclusive ele nos ajudou muito nessa questão do trabalho de base. Nas lutas pela Previdência, nas ocupações ao INSS e do Inkra, nossa prioridade era ter o povo consciente, presente e lutando para alcançar as conquistas.

Para fazer a informação circular, o jeito era contar com os apoios das Comunidades Eclesiais de Base, as Cebes. Nessa época, não tínhamos

televisão e nem acesso ao rádio. Para chegar às comunidades, era de carro de feira, de pés, de carroça, de bicicleta. Às vezes, dormíamos nos bancos do Sindicato, para seguir, de madrugada, até as comunidades.

Lá, passávamos todo o final de semana, só voltávamos no domingo à noite. Fazíamos as reuniões debaixo dos pés de árvore, nas casas das pessoas, pois não podíamos usar os prédios públicos. Também nos reuníamos na Igreja. Nessa época, em que a comunicação era boca a boca, eu acho que a participação dos trabalhadores era bem maior.

Eu avalio que a Internet, a televisão, ou seja, os meios de comunicação facilitaram a forma de fazer sindicalismo, mas, de certa forma, distanciaram o Movimento da base. Algumas lideranças têm um discurso muito forte, mas a sua base está desinformada.

O forte do nosso Polo Sindical é a agricultura familiar, mas também temos muitos assalariados da hortifruticultura do Vale do São Francisco. Para esses públicos, nossa maior contribuição foi a fundação do Sindicato, para defender a organização política pelos direitos trabalhistas. Especialmente entre os anos de 1993 e 1994, a nossa luta em defesa dos direitos desses trabalhadores foi muito importante.

Inicialmente só existia o Sindicato de Petrolina. Depois, mesmo na direção do Sindicato, contribuí com a fundação dessas instituições nos municípios de Afrânio, Santa Maria da Boa Vista, Dormentes, Cabrobó e Orocó. No Sertão do São Francisco, temos muitos conflitos por terra. Muitos dos assentamentos por aqui foram conquistas da nossa luta, das nossas ocupações.

Na própria diretoria do Sindicato de Petrolina, nós tivemos muita dificuldade em fazer o trabalho. Eu sempre atuei nas atividades, nas campanhas salariais e estimulava os companheiros a entrarem na luta.

Fizemos muitas greves. As mobilizações eram bonitas. Havia um compromisso grande dos trabalhadores, que aderiam, em massa. Atualmente, não há mais greves. Não é que falte compromisso por parte dos trabalhadores, mas a estratégia é diferente. Essa questão da modernidade da comunicação diminuiu o impacto dessas mobilizações. Analisando bem, eu vejo que tudo o que temos hoje foi fruto da nossa capacidade de luta e resistência, mesmo com a Ditadura Militar, que foi uma grande ameaça para nós, pois fechou muitos Sindicatos, inclusive o nosso.

No passado, o nosso maior desafio era a burguesia, que não queria que o trabalhador se organizasse. O próprio aparelho do governo, durante um período, não estava a serviço dos trabalhadores, mas, sim, dos patrões. Com todas essas dificuldades, não desistimos e acreditamos que iríamos conseguir as conquistas, por meio da nossa organização.

Nos dias de hoje, o contexto está mais fácil para o Movimento Sindical Rural trabalhar. A questão da legitimidade e do compromisso com a representação é algo que me preocupa, atualmente. Há lideranças que perdem uma eleição e, logo, vão fundar outro Sindicato. Isso não é compromisso com o trabalhador, mas, sim, com interesses próprios. Esse é um problema que atinge o Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais em todo o Brasil.

Para o futuro do Movimento, eu espero que as lideranças desenvolvam estratégias para lidar com a diversidade de instituições, que está espalhada por todo o Brasil. Isso irá fazer a diferença na hora de definir bem a nossa linha de ação e de manter os trabalhadores mobilizados e ligados à nossa luta. É preciso ainda que a solidariedade se mantenha e se fortaleça, para que a unidade e a identidade do Movimento sejam mantidas.

Sebastião José Barbosa da Silva



Posse na diretoria do Sindicato de Cabrobó.



Encontro de Formação de Catequistas
no povoado de Passagem das Pedras

“*Não existe Sindicato sem a base*”

Meu nome é Augustinha Viana da Silva. Nasci no dia 4 de Maio de 1936, na Fazenda Passagem das Pedras, em Ouricuri. Sou filha de Miguel Gomes Viana e de Maria Rodrigues da Silva. Éramos 15 irmãos, mas morreram dois, quando criança. Tive dois irmãos adotivos. Meus pais eram agricultores pobres, mas, na família, reinava a paz. Durante o dia, todos tinham atividades de acordo com as idades. Os mais velhos iam para roça, com meus pais, os mais novos cuidavam dos animais e buscavam água. À noite, sentávamos no terreiro da casa, conversávamos e contávamos histórias.

Aos nove anos, eu já trabalhava na roça. Aos 13, já liderava um grupo de apanhadeiras de feijão. Meu irmão achava que eu tinha jeito para liderar, por isso, ele me colocava para convidar as moças, para fazerem esse trabalho. Tenho lembranças boas da minha infância, apesar das dificuldades. A situação financeira da nossa família não era fácil e, por isso, não tivemos oportunidade de estudar. Nossa vida era nadar, brincar e ir para a roça.

Nossa família trabalhava reunida, com muita alegria e satisfação. Em casa, eu e os meus irmãos brincávamos bastante. Nossos pais nos levavam para rezar, à noite, no terreiro. Não tinha instalação elétrica. Acendíamos o fogo e ficávamos brincando, até que chegava a hora da reza. Em seguida, foi construída uma capelinha

na comunidade. Esse foi outro momento muito importante, que eu vivi na infância. Nessa época, estreitei os laços com o vigário da Paroquia.

Fui casada 35 anos, hoje, sou viúva. Casei aos 20 anos, e me separei, aos 55. Tive três filhos: uma mulher e dois homens. Assim que formei família, migrei para o Mato Grosso e, em seguida, para São Paulo. Nesses lugares sofri um pouco. Era o ano de 1958 e nós vivíamos uma seca muito grande. Primeiro, fomos para o Mato Grosso, porque passávamos por uma crise financeira enorme. Aprendi muito com essa experiência. A grande lição que tiro é de que não vale a pena sair da nossa terra, deixar a nossa história, o nosso lugar.

Na Revolução de 1964, eu já havia me mudado para São Paulo. Mas, eu e meu marido estávamos insatisfeitos com a vida nessa cidade e nos preparávamos para voltar para casa. Na hora da partida, iniciou-se a Ditadura Militar e não podemos sair do estado, por trinta dias. Enquanto isso, o dinheiro que a gente tinha foi todo gasto. Mas, mesmo sem dinheiro, voltamos para casa, para Pernambuco, a nossa terra.

Acredito que esse sofrimento me ajudou bastante nos movimentos, tanto da Igreja, quanto o sindical. Nesses dois espaços, a fé foi o meu grande diferencial. Eu comecei nas Comunidades Eclesiais de Base, e a gente fez uns estudos com as cartilhas de Dom Helder, Dom José Rodrigues e Dom Geraldo, de Petrolina. Lemos sobre os profetas, as lideranças que lutaram no passado, e isso me deu forças para acreditar que a mudança é possível. Até hoje, eu me sustento por causa dessa fé e dessa esperança.

O Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ouricuri foi fundado em 1972. Em 1979, quando iniciei a minha participação nas Comunidades Eclesiais de Base, tomei conhecimento sobre a instituição, mas não tinha um envolvimento muito grande. Em 1983, vivemos uma grande seca, que demandou uma grande luta por ações emergenciais.

Nessa ocasião, eu me aproximei do Sindicato, pois precisávamos de um órgão com personalidade jurídica, que formalizasse as nossas reivindicações. Não foi tão simples, porque o Sindicato estava sob o domínio dos políticos e tivemos, antes de tudo, que lutar para mudar a direção.



Encontro sobre a Convivência com a Seca

Durante esse tempo, tivemos a necessidade de aprender sobre sindicalismo. A Diocese de Araripina e a Fetape realizaram capacitações e contrataram uma pessoa com experiência na área, para nos ajudar a desenvolver o trabalho. Nesse momento, nós descobrimos que as mulheres, se não fossem sócias do Sindicato, não poderiam votar e nem serem votadas.

Em 1983, as mulheres intensificaram a sua participação nessas lutas, no Polo Sindical do Araripe. Nossa bandeira inicial foi para garantir que as mulheres trabalhassem também nas Frentes de Emergência, pois as inscrições só permitiam a participação dos homens.

Defendemos, ainda, a entrada da juventude nesse espaço de trabalho.

Contávamos com o apoio de uma equipe de freiras e de padres e da Fetape, que apoiavam o nosso trabalho.

Estive na direção do Sindicato entre os anos de 2002 e 2006, e fui secretária de Organização e Formação. Na ocasião, não senti dificuldade em fazer o trabalho de base, pois tinha muito apoio do Sindicato e da Fetape, que ajudou muito, junto com a experiência que já tínhamos.

Foram muitas lutas marcantes. Uma delas se deu na época da seca. As mobilizações aconteciam em todo o Polo Sindical e, por isso, ganhavam mais força, pois não era apenas um Sindicato envolvido e, sim, onze. Lembro que as atividades em comemoração ao 1º de Maio – Dia do Trabalhador, ao Dia Internacional da Mulher contavam com uma forte mobilização da base.

Minha contribuição com a luta se deu participando das assembleias, dos encontros de formação coordenados pela Fetape. Na época em que assumi a Secretaria de Formação e Organização do STTR Ouricuri, organizamos e fundamos várias Delegacias Sindicais, e realizamos encontros com jovens e idosos.

Outro momento importante foi a nossa luta durante a Ocupação da Sudene. Éramos 5 mil pessoas, na frente do prédio. Tivemos ainda o 1º Congresso dos Trabalhadores e das Trabalhadoras Rurais, que foi realizado no Centro de Convenções. Esse foi um momento mágico, histórico em minha vida. Antes, nós havíamos participado de um Congresso em Brasília e, quando aconteceu o nosso, aqui em Pernambuco, sentimos o quanto éramos capazes e fortes para lutar.

Mostramos a força do nosso Movimento na luta contra o Projeto de Lei que exigia o pagamento de contribuição da previdência de 8% para o pequeno agricultor. Fizemos abaixo-assinados, conseguimos milhares de assinaturas, com o apoio da Diocese de Petrolina, até que a nossa contribuição barrou o projeto.

Antes, só era permitido uma pessoa se aposentar na família, ou seja, caso o homem se aposentasse, a mulher não poderia acessar o mesmo benefício. Não havia salário maternidade, auxílio doença, auxílio reclusão para o homem e a mulher do campo. Mas a Fetape mobilizou o conjunto do Movimento Sindical em uma grande luta para que esses e outros direitos chegassem ao campo. Então, esses benefícios foram assegurados na Constituição de 1988 e, em 1991, fizemos uma nova luta e conquistamos que esses direitos saíssem do papel. Com isso, todos os agricultores de uma mesma casa, podem se aposentar, desde que cheguem à idade prevista na lei.

Também foi muito importante o Movimento enxergar a importância da política partidária, para fortalecer a implementação do nosso projeto para o campo. Hoje, além de construir as políticas, as executarmos, nós também elegemos representantes comprometidos com as nossas causas e fazemos diálogos com os gestores, em defesa dos nossos direitos.

Considero que a agricultura familiar é respeitada, atualmente. A vida no campo é outra. Por exemplo, na última seca que tivemos no Sertão, ninguém passou fome. A realidade foi bastante diferente da que vivíamos nos períodos de estiagem do passado. Para se ter uma ideia, em 1983, morreu gente de fome, durante a estiagem. Nos últimos três anos, não identificamos problemas como esse.

Por isso, temos que pagar o Sindicato com satisfação. Acho importante que a nossa base conheça, cada vez mais, a importância do Movimento e sinta-se parte dessa luta. O Sindicato representa a nossa luta juridicamente, mas o coração do Movimento somos nós. Não podemos esperar que o Sindicato faça tudo sozinho.



Curso de Cooperativismo Rural, oferecido pelo Sebrae

Não existe Sindicato sem a base. Isso, nós não podemos esquecer! Participar e contribuir com o Sindicato é importante, para que ele nos garanta as condições de trabalho, que nos permita acessar nossos direitos da Previdência e muito outros.

A organização que o nosso Movimento adquiriu é muito importante. Temos reuniões no Sindicato, no Polo, entre os delegados. Porém não podemos esquecer que a nossa força está na base e é lá que nós temos que investir, que capacitar e que manter o ânimo para a luta. Se não investirmos em nossa base, o Movimento Sindical morre. Como vai existir Movimento sem pessoas, sem sonhos, sem luta? Precisamos fazer com que o trabalhador, seja dirigente ou não, sinta-se parte importante do Movimento.

Um alerta importante é quanto à legitimidade da nossa luta e o assédio dos políticos adversários. Acredito que, antes, esse era um problema mais forte. Hoje, quando passamos a discutir, de maneira séria, o valor do nosso Movimento, o papel do Sindicato, conseguimos garantir lideranças mais comprometidas com as lutas do que com os interesses políticos.

Tenho grandes sonhos e muita esperança no Movimento. Conquistamos muitas coisas, porém volto a chamar a atenção para que a nossa base se mantenha unida. Eu acredito que o Movimento faz muita coisa, mas a gente precisa ter mais cuidado para evitar que os trabalhadores sejam tentados pelos adversários. Por isso, precisamos de um bom trabalho de formação junto à base, para garantir o senso crítico, o resgate da história e a consciência sobre o papel do Movimento Sindical na sociedade.

Augustinha Viana da Silva



A Fetape é filiada à:

